

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

GABRIELLA BRAGA ANDRADE MARTINS

**ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS:
RELAÇÕES A CONSTRUIR PARA UMA FUNÇÃO SOCIAL A CUMPRIR**

BELO HORIZONTE

2021

GABRIELLA BRAGA ANDRADE MARTINS

**ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS
RELAÇÕES A CONSTRUIR PARA UMA FUNÇÃO SOCIAL A CUMPRIR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de Concentração: Informação, Mediações e Cultura

Linha de pesquisa: Memória social, patrimônio e produção do conhecimento

Professora orientadora: Dra. Cristina Dotta Ortega

BELO HORIZONTE

2021

Martins, Gabriella Braga Andrade.

M386o Organização da informação em bibliotecas comunitárias [recurso eletrônico] : relações a construir para uma função social a cumprir / Gabriella Braga Andrade Martins. – 2021.

1 recurso eletrônico (65 f.) : pdf.

Orientadora: Cristina Dotta Ortega.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
Escola de Ciência da Informação.

Referências: f. 59-65.

Exigências do sistema: Adobe Acrobat Reader.

1. Ciência da Informação – Teses. 2. Organização da informação – Teses. 3. Bibliotecas e comunidade – Teses. I. Título. II. Ortega, Cristina Dotta. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

CDU: 025.4:027.52



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Às 14:00 horas do dia 21 de setembro de 2021, por videoconferência, realizou-se a sessão pública para a defesa da Dissertação de GABRIELLA BRAGA ANDRADE MARTINS. A presidência da sessão coube a Profa. Cristina Dotta Ortega - orientadora. Inicialmente, a presidente fez a apresentação da Comissão Examinadora assim constituída: Profa. Elisa Campos Machado (UNIRIO), Prof. Oswaldo Francisco de Almeida Júnior (UNESP/Marília), Prof. Walter Moreira (UNESP), e Profa. Cristina Dotta Ortega - (ECI/UFMG) - orientadora. Em seguida, a candidata fez a apresentação do trabalho que constitui sua dissertação de mestrado, intitulada: "**Organização da Informação em bibliotecas comunitárias: relações a construir para uma função social a cumprir**". Seguiu-se a arguição pelos examinadores e logo após, a Comissão reuniu-se, sem a presença da candidata e do público e decidiu considerar aprovada a dissertação de mestrado. O resultado final foi comunicado publicamente a candidata pela presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a presidente encerrou a sessão e lavrou a presente ata que, depois de lida, se aprovada, será assinada pela Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 21 de setembro de 2021.

Assinatura dos membros da banca examinadora:



Documento assinado eletronicamente por **Cristina Dotta Ortega, Professora do Magistério Superior**, em 22/09/2021, às 14:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Oswaldo Francisco de Almeida Junior, Usuário Externo**, em 23/09/2021, às 12:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Walter Moreira, Usuário Externo**, em 27/09/2021, às 08:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elisa Campos Machado, Usuário Externo**, em 30/09/2021, às 13:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0942371** e o código CRC **AA9E324C**.

Para e por meus pais, Alberico e Dalva.

AGRADECIMENTOS

De modo especial à Cristina Ortega, minha orientadora, por todas as reflexões, ensinamentos e principalmente pela compreensão e confiança. Muito obrigada por tudo!

À minha mãe, Dalva, e meu marido, Marconi, pela presença e apoio constante durante todo o percurso para a realização desse trabalho.

À CAPES, pela bolsa concedida durante os primeiros meses de pesquisa.

Aos professores, funcionários e colegas da Escola de Ciência da Informação.

Aos colegas da Biblioteca José Baeta Vianna.

Sou membro de uma tribo ancestral, de uma raça venerável que, dizem alguns, está ameaçada de extinção. Ainda há muitos de nós por aí, ainda que, como acontece com outros grupos antropológicos cujo sistema de crenças vai contra o da maioria, tendemos a ser invisíveis. Altas instituições financeiras nos ignoram. A política quase falha em reconhecer nossa existência, embora já nos tenha temido. Estamos espalhados por cinco continentes e viemos de diferentes criações, de diferentes culturas e gerações, mas todos compartilhamos uma fé comum, uma causa universal. Chamamo-nos “leitores”.

Bahiyyih Nakhjavani

RESUMO

As bibliotecas comunitárias são criadas e gerenciadas pelas próprias comunidades a que se destinam, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento social e cultural dessas comunidades. No caso dos países com menor desenvolvimento econômico, onde essas bibliotecas são bastante presentes, o objetivo de desenvolvimento social e cultural é marcado pelo interesse em suprir a lacuna informacional resultante da omissão da garantia de seus direitos. Nesse contexto, as bibliotecas comunitárias se caracterizam pela realização de ações culturais, notadamente de incentivo à leitura, sendo comum que a organização da informação seja considerada atividade secundária. No entanto, como instituições que se ocupam da mediação da informação, as bibliotecas se definem pela concepção e desenvolvimento de atividades de organização da informação e serviços, ambos voltados a seus públicos. Desse modo, o objetivo do trabalho é identificar e discutir as particularidades da organização da informação no contexto das bibliotecas comunitárias, explicitando alguns de seus possíveis impactos para o público e para a instituição. Especificamente, tem-se por objetivos identificar e examinar: os fundamentos, processos e instrumentos da organização da informação como base teórica para a análise da atividade na perspectiva das bibliotecas comunitárias; o conceito, as características, os objetivos e as funções da biblioteca comunitária para o reconhecimento e contextualização de suas particularidades; e como a organização da informação é compreendida e realizada em bibliotecas comunitária para o desenvolvimento do conhecimento sobre o tema. Por meio de seleção de literatura, o tema foi desenvolvido em três seções: na seção 2 - Organização da informação -, são explicitados os fundamentos, processos e instrumentos da organização da informação; na seção 3 - Bibliotecas comunitárias -, faz-se uma aproximação ao conceito de biblioteca comunitária, mencionando suas origens e suas relações com a biblioteca pública; e na seção 4 - Organização da informação em bibliotecas comunitárias -, discute-se a questão da organização da informação nessas bibliotecas, considerando suas especificidades, além de relatar atividades realizadas em bibliotecas comunitárias do país. Ao final, coloca-se na pauta que, se bibliotecas comunitárias almejam a busca por direitos das comunidades em que são criadas, é necessário que essas bibliotecas se desenvolvam da maneira mais completa possível, com o que, maiores possibilidades de acesso qualificado à informação devem ocorrer.

Palavras-chave: Biblioteca Comunitária. Organização da Informação.

ABSTRACT

Community libraries are created and managed by the communities they are intended for, especially in countries with less economic development, with the objective of filling the information gap resulting from the failure to guarantee their rights, contributing to the social and cultural development of these communities. They are characterized by cultural actions, notably to encourage reading, and it is common for the organization of information to be considered a secondary activity. As an institution that deals with the mediation of information, the library develops activities to organize information and services aimed at its audiences. Thus, the objective of the work is to identify and discuss the particularities of the organization of information in the context of community libraries, explaining some of their possible impacts for the public and for the institution. Specifically, the objective is to identify and examine the fundamentals, processes and instruments of information organization; the concept, characteristics, objectives and functions of the community library; and how information organization is developed, theoretically and in practice, in community libraries. Through literature selection, the theme was developed in three sections: in section 2 - Information organization - the fundamentals, processes and instruments of information organization are explained; in section 3 - Community libraries - an approach is made to the concept of community library, mentioning its origins and its relationship with the public library; and in section 4 - Organization of information in community libraries - the issue of organizing information in these libraries is discussed, considering their specificities, in addition to reporting the activities carried out in libraries in the country. In the end, it is stated that, if community libraries aim to seek the rights of the communities in which they are created, it is necessary that these libraries develop as fully as possible, with which greater possibilities of qualified access to information must occur.

Keywords: Community library. Information organization.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACR2	<i>Anglo-American Cataloguing Rules, 2nd edition</i>
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BRAPCI	Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CBBD	Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação
CCLF	Centro de Cultura Luiz Freire
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CDU	Classificação Decimal Universal
IFLA	<i>International Federation of Library Associations and Institutions</i>
ISBD	<i>International Standard Bibliographic Description</i>
ISTA	<i>Information Science & Technology Abstracts</i>
LISA	<i>Library & Information Science Abstracts</i>
LISTA	<i>Library, Information Science & Technology Abstracts</i>
PPL	Programa Prazer em Ler
RDA	<i>Resource Description and Access</i>
RNBC	Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias
UIL	<i>UNESCO Institute for Lifelong Learning</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
1.1	Tema e problema de pesquisa.....	10
1.2	Justificativa.....	11
1.3	Objetivos.....	12
1.4	Metodologia.....	13
2	ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO.....	16
2.1	Somos todos bibliotecários?.....	16
2.2	Fundamentos da organização da informação.....	18
2.3	Processos e instrumentos de organização da informação.....	20
2.4	A classificação bibliográfica na ordenação de documentos.....	24
3	BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS.....	29
3.1	Livros para todos?.....	29
3.2	Biblioteca e Comunidade.....	32
3.3	Biblioteca Pública.....	35
3.4	Biblioteca Comunitária.....	39
4	BIBLIOTECA COMUNITÁRIA E ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO.....	48
4.1	Organização da informação em biblioteca comunitária?.....	48
4.2	Aspectos técnicos e sociais da Biblioteconomia.....	51
4.3	Organização da informação como ação de mediação.....	54
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
	REFERÊNCIAS.....	59

1 INTRODUÇÃO

Declaração Universal dos Direitos Humanos - Artigo 19º

Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão.

1.1 Tema e problema de pesquisa

O acesso à informação é um direito humano. Em outras palavras, todo ser humano possui o direito inalienável de receber e difundir informação. Os direitos humanos, sejam de natureza civil, política, econômica, social ou cultural, são sempre inerentes à dignidade humana e, portanto, não é possível estabelecer uma hierarquia de direitos humanos. Há uma interdependência na qual a realização de um direito depende, no todo ou em parte, da realização de outros direitos. O direito à informação, nesse sentido, instrumentaliza para a realização de outros direitos como saúde, trabalho e segurança. (UNICEF, 2015, p. 14-15).

A informação em nossa sociedade atual é considerada um bem de caráter político, econômico, social e cultural. O acesso qualificado à informação contribui para uma intervenção ética na realidade.

Dada a sua relevância em nossa sociedade e, em se tratando de um direito humano, devemos esperar que a informação seja um bem comum, disponível igualmente para todos. Contudo, sabemos que a sociedade atual é altamente excludente, com grande desigualdade na distribuição de riquezas e que camadas da população, em todo o mundo, se encontram desassistidas no acesso aos bens materiais e simbólicos e na realização de seus direitos. Sabemos que a vida em uma sociedade democrática é baseada em escolhas e a informação permite que melhores escolhas sejam feitas. Quando o acesso à informação é limitado, a capacidade de intervenção na realidade também é limitada.

Como tentativa de reversão desse quadro, comunidades localizadas principalmente em países de menor desenvolvimento econômico buscaram por iniciativa própria criar espaços que pudessem suprir, mesmo em parte, a lacuna

informativa resultante da omissão da garantia de seus direitos. Criados e gerenciados pelas comunidades, esses espaços de enfrentamento, mas também de esperança, são as bibliotecas denominadas bibliotecas comunitárias, espaços privilegiados para a democratização do acesso à informação por sua proximidade a pessoas que apresentam dificuldades para garantir tal direito.

Nos discursos mais recorrentes sobre bibliotecas comunitárias no Brasil, a organização da informação representa um elemento secundário. Em Biblioteconomia, a ideia de oposição entre os aspectos técnicos e sociais é questão que levanta discussões. Contudo, ambos aspectos são relevantes de maneiras diferentes e complementares. A organização da informação torna possível administrar o volume cada dia maior de informações produzidas, permitindo a localização daquelas que interessam de fato, ao atribuir sentido à informação. Caracterizando-se como uma ação simbólica, de caráter político e social, a organização da informação pode ser entendida como um processo de mediação que, portanto, visa a comunicação da informação, influenciando - mas não determinando - a apropriação da informação pelos usuários.

Nessa dimensão, a proposta do trabalho é a de refletir sobre a organização da informação sob a perspectiva da biblioteca comunitária. Como a organização da informação é entendida e discutida no contexto das bibliotecas comunitárias? Como as atividades de organização da informação são realizadas em bibliotecas comunitárias? Quais impactos podem resultar de tais atividades para o público e a instituição?

1.2 Justificativa

A organização da informação é uma atividade intrínseca das bibliotecas, um de seus elementos definidores. Curiosamente, as bibliotecas comunitárias, de acordo com a literatura da área, parecem basear sua existência essencialmente em ações denominadas de sociais e culturais, sendo a organização da informação conferida a um plano secundário. Não obstante, a organização da informação, quando realizada de modo contextualizado, permite atender aos objetivos de democratização e socialização do acesso à informação, objetivos que não são

específicos das bibliotecas comunitárias, mas que se estendem a todos os tipos de bibliotecas.

A motivação para o estudo surgiu da percepção de que, em bibliotecas comunitárias, a organização da informação não tem sido reconhecida em sua potencialidade de recurso mediador para fins de comunicação entre a informação e o público. De modo complementar, um segundo fator motivador consiste na compreensão de que “[...] optar por pesquisar o tema das bibliotecas comunitárias significa reconhecer a necessidade de modelos diferenciados de instituições de acesso, fornecimento e mediação da informação.” (MACHADO; VERGUEIRO, 2011, p. 53).

A organização da informação constitui um meio de comunicação entre a biblioteca e seu público, podendo ser desenvolvida com a finalidade social requerida pela biblioteca comunitária, uma vez que “o código de acesso sempre foi um instrumento de poder” (MILANESI, 2013, p. 15). Embora considerando a relevância de ações sociais e culturais, tão enfatizadas nas bibliotecas comunitárias, observamos que a organização da informação é um elemento que pode comprometer ou alavancar os resultados obtidos pelas bibliotecas comunitárias.

Justifica-se, assim, pelas razões expostas, a pertinência e a relevância da realização deste estudo.

1.3 Objetivos

Através do estudo proposto, pretende-se atingir os seguintes objetivos:

Objetivo geral:

- Identificar e discutir as particularidades da organização da informação no contexto das bibliotecas comunitárias e alguns de seus possíveis impactos para o público e para a instituição.

Objetivos específicos:

- Identificar e examinar os fundamentos, processos e instrumentos da organização da informação para o desenvolvimento de uma base teórica que servirá de orientação para a análise da atividade na perspectiva das bibliotecas comunitárias.
- Identificar e examinar o conceito, as características, os objetivos e as funções da biblioteca comunitária para o reconhecimento e contextualização de suas particularidades.
- Identificar e examinar como a organização da informação é compreendida e realizada em bibliotecas comunitária para o desenvolvimento do conhecimento sobre o tema.

1.4 Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida com caráter exploratório e abordagem qualitativa, visto a adequação dessa proposta com os objetivos e características determinados para o estudo e posto que as pesquisas exploratórias “[...] geralmente proporcionam maior familiaridade com o problema, ou seja, têm o intuito de torná-lo mais explícito” (HANDEM; MATIOLI; PEREIRA; NASCIMENTO, 2008, p. 93), e, deste modo, torna-se possível “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos” (GIL, 2008, p. 27) relativos à organização da informação em bibliotecas comunitárias.

Como procedimento técnico, considerando a natureza do trabalho, optou-se pela pesquisa bibliográfica que permite a identificação da "bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo" (MARCONI; LAKATOS; 2003, p. 183) e, desta forma, possibilita a reunião e avaliação de textos para a fundamentação teórica e conceitual do problema da pesquisa. O presente trabalho, portanto, é baseado pela análise crítica da literatura pertinente, com a finalidade de fornecer sustentação teórica para o tema.

Para a realização da pesquisa bibliográfica, inicialmente foram consultadas as principais bases de dados da área de Ciência da Informação como *Library & Information Science Abstracts (LISA)*, *Library, Information Science & Technology*

Abstracts (LISTA), *Information Science & Technology Abstracts* (ISTA) e Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI). O levantamento bibliográfico também incluiu a consulta à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), ao Repositório Institucional da UFMG e ao Repositório Institucional da USP. As consultas foram realizadas utilizando-se os seguintes descritores: Biblioteca comunitária, Organização da Informação, *Community Library*, *Information Organization*.

As bases de dados, especializadas em Biblioteconomia e Ciência da Informação, foram selecionadas a partir dos critérios de variedade linguística e pluralidade de tipologia documental e de periódicos indexados. Contudo, os resultados pertinentes foram insuficientes, visto que consistiram prioritariamente em relatos de experiências de implantação de bibliotecas comunitárias. Dessa forma, foram realizadas buscas complementares em fontes diversas de comunicação científica, profissional ou comercial.

O material bibliográfico utilizado na pesquisa foi selecionado a partir dos critérios de autoridade, ou seja, a reconhecida conceituação positiva da qualidade dos trabalhos do autor ou editora, e de relevância ou interesse, de acordo com a pertinência do conteúdo do trabalho em relação ao tema da pesquisa. Não foram utilizadas restrições para período de publicação e idioma, tendo em vista o reduzido número de materiais sobre o tema.

Relativamente à temática da “Organização da Informação”, foram utilizados trabalhos de autores como Eliane Serrão Alves Mey e Naira Christofolletti Silveira (2009) no tópico de catalogação; trabalhos de William C. B. Sayers (1922) e Maria das Graças Simões (2011) no tópico da classificação e trabalhos de Cristina Dotta Ortega (2010), Cristina Dotta Ortega; Camila M. A. Silva; Marcelo Nair dos Santos (2016); Camila M. A. Silva (2016) no tópico da ordenação. Estes e demais trabalhos contribuíram para a elaboração de uma fundamentação teórica com conceitos e instrumentos utilizados na organização da informação.

A temática “Biblioteca Comunitária” foi abordada com trabalhos de Elisa Campos Machado (2008, 2009, 2011), Oswaldo Francisco de Almeida Júnior (1997, 2009, 2013, 2015) e Emir Suaiden (1995), dentre outros. Tais trabalhos possibilitaram a discussão sobre o conceito de biblioteca comunitária e suas particularidades em relação aos demais tipos de biblioteca. Também foi possível

avaliar diferenças e semelhanças entre bibliotecas comunitárias de países com diferentes níveis de desenvolvimento econômico.

Finalmente, sobre a realização da organização da informação em bibliotecas comunitárias utilizamos, dentre outros, o trabalho de Cida Fernandez, Elisa Campos Machado e Ester Rosa (2018), uma pesquisa realizada em bibliotecas comunitárias nas cinco regiões do Brasil com informações sobre como as atividades de organização da informação são realizadas nessas instituições, apresentando dados sobre catalogação, classificação e ordenação.

O trabalho está estruturado em cinco seções. Na primeira seção, Introdução, são apresentados a temática e o percurso que levou à construção do problema de pesquisa. Na segunda seção, Organização da Informação, apresentamos uma análise dos fundamentos da organização da informação, seus processos e instrumentos, como base teórica para a análise da atividade na perspectiva das bibliotecas comunitárias. Na terceira seção, Biblioteca Comunitária, abordamos a conceituação e caracterização da biblioteca comunitária, para o reconhecimento e contextualização de suas particularidades. Na quarta seção, Organização da Informação em bibliotecas comunitárias, apresentamos como a organização pode ser aplicada considerando as particularidades das bibliotecas comunitárias, com a intenção de promover novas discussões e ideias sobre o tema. Na quinta seção, constam as considerações finais.

2 ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

2.1 Somos todos bibliotecários?

GUARDAR¹

Antonio Cicero

Guardar uma coisa não é escondê-la ou trancá-la.
 Em cofre não se guarda coisa alguma.
 Em cofre perde-se a coisa à vista.
 Guardar uma coisa é olhá-la, fitá-la, mirá-la por
 admirá-la, isto é, iluminá-la ou ser por ela iluminado.
 Guardar uma coisa é vigiá-la, isto é, fazer vigília por
 ela, isto é, velar por ela, isto é, estar acordado por ela,
 isto é, estar por ela ou ser por ela.
 Por isso melhor se guarda o vôo de um pássaro
 Do que um pássaro sem vôos.
 Por isso se escreve, por isso se diz, por isso se publica,
 por isso se declara e declama um poema:
 Para guardá-lo:
 Para que ele, por sua vez, guarde o que guarda:
 Guarde o que quer que guarda um poema:
 Por isso o lance do poema:
 Por guardar-se o que se quer guardar.

Guardar é parte da essência das bibliotecas, visto que custodiar em seus espaços os registros do pensamento humano é uma missão histórica da instituição. A ação de guardar difere de esconder ou trancar, assim como bibliotecas diferem de depósitos ou cofres. A guarda realizada pelas bibliotecas tem por objetivo principal possibilitar a comunicação das informações por elas mantidas. Comunicação que não se concretiza pela guarda isoladamente, mas por “[...] um conjunto de ações sociais com que os grupos e as instituições organizam e implementam a comunicação da informação, através de procedimentos seletivos que regulam sua geração, distribuição e uso” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1993, p. 217).

Guardar e localizar são ações complementares, visto que “havendo a necessidade de guardar, haverá o ato sequente: não perder o guardado” (MILANESI, 2013, p. 15). Nesse sentido, as bibliotecas são responsáveis por manter e preservar, mas também por preparar mensagens ao público sobre os documentos

¹ CICERO, Antonio. **Guardar**: poemas escolhidos. Rio de Janeiro: Editora Record: 1996. p. 11.

de sua coleção de forma que se tornem identificáveis e localizáveis para o acesso e uso, sempre que necessário. Tal preparação corresponde à “organização da informação”.

A organização, em seu sentido amplo, está presente em todos os aspectos da vida humana e representa uma parte significativa de nossa rotina diária: organizamos nossos lares, nossos espaços e atividades de trabalho e estudo, nossas finanças e até mesmo nosso lazer. Joudrey e Taylor (2018, p. 17) afirmam parecer haver no ser humano uma necessidade imperativa de organizar. Os autores citam estudos desenvolvidos na área da Psicologia ao explicar que a capacidade humana de organização inicia seu desenvolvimento ainda nos primeiros meses de vida, quando o cérebro dos bebês já apresenta a habilidade de organizar imagens em categorias como rostos e comidas, e se desenvolve com o passar dos anos, na medida em que nossas habilidades cognitivas para categorizar, reconhecer padrões, ordenar, relacionar e criar grupos de ideias e coisas tornam-se mais sofisticadas.

Segundo Glushko (2013, p. 1), a ação de organizar intencionalmente impõe ordem e estrutura àquilo que se organiza. Nessa perspectiva, certos processos de organização podem ser realizados através de critérios simples, como quando organizamos utensílios nas gavetas de nossa cozinha e os localizamos através de recursos mnemônicos, recordando que os pratos se encontram na primeira gaveta e os talheres na segunda, por exemplo. Entretanto, existem processos de organização que demandam critérios mais elaborados e conscientes de categorização, relacionamento e ordenação, como a organização da informação.

A organização da informação é empregada, principalmente, em ambientes informacionais formais, como bibliotecas e arquivos, contudo, muitas de nossas ações cotidianas dependem que o mundo ao nosso redor esteja organizado (JOURNEY; TAYLOR, 2018, p. 18). Fora de tais ambientes, é comum possuímos coleções, guardadas em nossos computadores ou estantes, de livros, fotos, músicas, vídeos, mensagens de e-mails e toda uma variedade de itens com potencial informacional. Nós nos dedicamos a organizar nossas coleções e essa seria uma atividade típica da Biblioteconomia. Nessa dimensão, bem ou mal, “somos todos bibliotecários” (FRICKÉ, 2012, p. 1).

A afirmação é interessante, pois nos leva a acreditar que bibliotecários organizam a informação confiando em sua habilidade inata e experiência. Contudo, bibliotecários trabalham utilizando uma série de processos e instrumentos

metologicamente pensados e desenvolvidos em décadas de estudo. Nesse contexto, entendemos que o estudo e a prática da organização da informação exigem o conhecimento e a compreensão de seus fundamentos e instrumentos.

2.2 Fundamentos da organização da informação

Glushko (2013) afirma que a organização é uma ação tão habitual ao ser humano que frequentemente a realizamos de modo intuitivo, sem refletir adequadamente a respeito. Nesse sentido, levanta uma série de reflexões enganosamente simples e que se traduzem em decisões para a racionalização e o aprimoramento do resultado final da organização: o que está sendo organizado, por que está sendo organizado, como e por quem está sendo organizado?

A primeira questão proposta, o que está sendo organizado, quando analisada no contexto da organização da informação, nos remete a certas disciplinas que compreendem um conjunto de atividades sobre documentos em abordagem bibliográfica. Efetivamente, “para tratar da abordagem bibliográfica em sua completude, é necessário ter em conta mais de uma disciplina, quais sejam, a Bibliografia, a Biblioteconomia e a Documentação” (ORTEGA; CARVALHO, 2017, p. 38).

Tais disciplinas contemplam, segundo Ortega (2016, p. 42), cada uma a seu modo, o campo que tem por objeto a mediação documentária em abordagem bibliográfica. As ações de mediação são realizadas por meio de procedimentos específicos na forma de proposição de mensagens sobre objetos para pessoas. O objetivo da mediação documentária é a apropriação do conteúdo dos objetos pelos sujeitos e “os procedimentos são realizados de modo a colocar o objeto em um outro lugar (simbólico), implicando transformação que conduziu à denominação própria, qual seja, documento.” (ORTEGA, 2016, p. 42). Mas, afinal, o que é um documento no contexto da Ciência da Informação? Assim como proposto por Hansen (2019), comecemos com o óbvio:

Começo com o óbvio: o livro não é um objeto natural, mas artificial, material e simbólico. Como objeto artificial é mercadoria, produto acabado de vários processos intelectuais, técnicos e industriais; como objeto simbólico, é texto,

que pressupõe uma autoria, que o acabou como obra, e leitores, que nunca acabam. (HANSEN, 2019, p. 7)

O conceito de livro apresentado abarca várias características aplicadas ao conceito de documento, porém, não são equivalentes. A construção histórica do conceito de documento na perspectiva do campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação, segundo Ortega e Lara (2010), iniciou-se na passagem do século XIX para o XX, com a proposta da noção de documento realizada pelos primeiros documentalistas, explicitamente Paul Otlet e Suzanne Briet. O advogado e pacifista belga Paul Otlet (1868-1944), em sua obra clássica "*Traité de documentation*"², publicada em 1934, apresenta a noção de documento como registro do pensamento e da memória coletiva da humanidade. Propõe uma grande mudança de perspectiva quando desenvolve a generalização de que tudo pode ser um documento.

Suzanne Briet (1894-1989), bibliotecária da Biblioteca Nacional da França, apresentou em sua obra "*Qu'est-ce que la documentation*"³, publicada em 1951, a concepção de documento como "todo indício, concreto ou simbólico, conservado ou registrado, com a finalidade de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual" (BRIET, p. 1, 2016. Publicação original em 1951). Tal noção limita a ideia de Otlet de que todo objeto poderia vir a ser considerado documento.

Posteriormente, em uma acepção mais atual de documento, Jean Meyriat (1921-2010) publicou em 1981 o artigo "*Document, documentation, documentologie*"⁴ e definiu documento como "um objeto que suporta a informação, que serve para comunicar e que é durável (a comunicação pode, assim, ser repetida)" (MEYRIAT, 2016, p. 241), apresentando a noção de que o documento depende desta atribuição, ou seja, o usuário faz o documento. Pela definição de documento proposta por Jean Meyriat, duas noções intervêm conjuntamente: uma de natureza material (o objeto que serve de suporte) e outra conceitual (o conteúdo, isto é, a informação). Em uma primeira análise, a definição é válida para qualquer objeto e, desse modo, muito ampla: todo objeto pode, então, se tornar documento. A informação, contudo, apresenta-se como noção delimitadora a tal entendimento do conceito de documento.

² Publicada no Brasil em 2018 com o título "Tratado de documentação"

³ Publicado no Brasil em 2016 com o título "O que é a documentação?"

⁴ Publicado no Brasil em 2016 com o título "Documento, documentação, documentologia"

Na acepção proposta por Meyriat, o objetivo final do documento é a comunicação da informação. A comunicação, entretanto, não é uma característica intrínseca do objeto. Isto significa que alguns objetos recebem a função de comunicar informação. No entanto, alguns objetos são produzidos desde sua origem para exercer essa função.

Partindo dessa noção, Meyriat (2016, p. 242) propõe uma distinção que mostra que o documento tem uma dupla origem possível: os objetos projetados para fornecer informação e os objetos encarregados de desempenhar este papel depois ou subsidiariamente. Se ele não foi criado como tal, o objeto pode tornar-se documento pelo fato de que aquele que nele busca informação, ou seja, que lhe reconhece uma significação, o promove, assim, a suporte de mensagem. Deste modo "[...] o documento não surge como tal, *a priori*, mas como o produto de uma vontade, aquela de informar ou se informar - a segunda ao menos sendo sempre necessária". (MEYRIAT, 2016, p. 243).

Segundo Meyriat (2016, p. 242), a comunicação pressupõe dois atores, o emissor e o receptor da mensagem, ambos habilitados a fornecer-lhe uma significação. Em determinados casos, existe um entendimento prévio entre um e outro sobre a informação atribuída ao documento. Em outros, a função informativa atribuída pelo receptor prevalece. Um jornal diário, por exemplo, pode se transformar em uma embalagem rudimentar de legumes: a vontade do emissor não foi suficiente. Em outras palavras: "A vontade de obter uma informação é, por isso, um elemento necessário para que um objeto seja considerado documento, apesar da vontade de seu criador ter sido outra". (MEYRIAT, 2016, p. 242).

Nesse contexto, se o desejo de fornecer informações não encontrar uma resposta no receptor, a informação permanece virtual. O objeto que a suporta, em que ela foi escrita ou inscrita, ainda não é um documento. Em conclusão, "esta noção de uso é fundamental para nosso propósito; poderíamos resumir o exposto dizendo que o usuário faz o documento". (MEYRIAT, 2016, p. 244).

Documento, em resumo, compreende o objeto tornado informacional por meio das atividades documentárias de organização da informação, entre outras que lhe seguem, como serviços e exposições. Entretanto, em que consiste exatamente o processo de organização da informação? Como é realizado?

2.3 Processos e instrumentos de organização da informação

Silva (2016) e Santos (2013) propõem que é pela organização da informação, através de seus processos, instrumentos e produtos, que os sistemas de informação documentária são estruturados e geridos:

A organização da informação é a área da Ciência da Informação que abarca os processos, instrumentos e produtos ligados à estruturação de sistemas de informação documentária que objetivam favorecer a apropriação de informações de documentos por certos públicos. (SILVA, 2016, p. 12)

A organização da informação é área da Ciência da Informação que abrange os fundamentos e os métodos de produção e de gestão de sistemas de informação documentária. Tais sistemas coletam, manipulam, armazenam e disseminam documentos, informação fixada em suporte que objetiva o conhecimento, ampliando, assim, sua utilidade de modo substancial. (SANTOS, 2013, p. 25)

O documento, na concepção proposta por Meyriat, apresenta duas noções distintas e complementares: uma de natureza material (o objeto que serve de suporte) e outra conceitual (conteúdo). A organização da informação deve, portanto, considerar ambos aspectos do documento.

Nessa dimensão, Bräscher e Café (2008, p. 5) entendem que a organização da informação resulta da descrição dos atributos bibliográficos e temáticos dos documentos:

O produto desse processo descritivo é a representação da informação, entendida como um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico. Alguns tipos de representação da informação são construídos por meio de linguagens elaboradas especificamente para os objetivos da OI [organização da informação]. (BRÄSCHER; CAFÉ, 2008, p. 5)

Como elemento comum para a concretização da descrição bibliográfica e temática dos documentos, encontra-se a linguagem. No contexto da organização da informação, são construídas linguagens específicas visando a comunicação da informação. Para alguns dos processos de organização da informação, utilizamos as linguagens documentárias:

A linguagem documentária é um instrumento por meio do qual se realiza a mediação entre sistemas ou conjuntos informacionais e usuários. Ou, sob outra perspectiva, é um instrumento que exerce a função de ponte entre ao

menos duas linguagens: a linguagem do sistema e a linguagem do usuário. Essa potencialidade da linguagem documentária decorre do fato de que ela constitui, em si mesma, um produto autônomo, um sistema significativo, ou seja, um meio organizado em torno de uma temática, que é uma das condições para possibilitar as operações de representação e de acesso à informação. Enquanto sistema de significação e de comunicação, a linguagem documentária permite orientar a busca, ou seja, a navegação através de uma proposta de segmentação do universo focado. (LARA, 2004, p. 233)

As linguagens documentárias são, segundo Cintra, Tálamo, Lara e Kobashi (2002, p. 34), instrumentos de comutação documentária, isto é, instrumentos através dos quais se realiza a “tradução” do conteúdo temático dos textos e das perguntas dos usuários. Esta “tradução” é realizada em sistemas de informação, como bibliotecas e centros de documentação. As linguagens documentárias mais conhecidas são os tesouros e os sistemas de classificação bibliográfica. De acordo com as autoras, as principais diferenças entre esses dois tipos de linguagens documentárias residem no maior ou menor grau de reprodução das relações presentes na linguagem natural e no universo de conhecimento que pretendem cobrir.

Retornando aos processos de organização da informação, temos a descrição bibliográfica dos documentos. A descrição bibliográfica compreende, juntamente com a definição e padronização dos pontos de acesso de título e de responsabilidade, os componentes da atividade documentária de “catalogação”, também denominada “catalogação descritiva” ou “representação descritiva”, e se ocupa das características individuais de cada documento:

O processo de descrição de documentos em base de dados documentária, conhecido como catalogação descritiva ou simplesmente catalogação, tem como propósito elaborar registros bibliográficos, produto da catalogação composto pela descrição bibliográfica e pelos pontos de acesso, enquanto elementos relativos às características que singularizam um documento, seja em sua parte, seja em sua unidade ou em seu conjunto. (SANTOS, 2013, p. 25)

Mey e Silveira (2009) afirmam que a diferença entre catalogação e uma listagem de itens é justamente o fato de a primeira não apenas caracterizar e individualizar os documentos, mas também de reuni-los por suas semelhanças. A riqueza da representação descritiva, portanto, fundamenta-se nos relacionamentos

estabelecidos entre os documentos, de forma a criar alternativas de escolhas para os usuários. Nessa dimensão, pode-se definir catalogação como:

O estudo, preparação e organização de mensagens, com base em registros do conhecimento, reais ou ciberespaciais, existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, de forma a permitir a interação entre as mensagens contidas nestes registros do conhecimento e as mensagens dos usuários. (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 7).

Como produtos da atividade de catalogação, de modo geral, temos os registros bibliográficos que compõem os catálogos, as bibliografias e as bases de dados. Os catálogos podem ser manuais ou automatizados e sua função fundamental é veicular as mensagens elaboradas pela catalogação, permitindo aos usuários encontrar os documentos de seu interesse. Os catálogos, deste modo, possibilitam o processo comunicativo entre a biblioteca e seu público:

Catálogo é um meio de comunicação, que veicula mensagens sobre os registros do conhecimento, de um ou vários acervos, reais ou ciberespaciais, apresentando-as com sintaxe e semântica próprias e reunindo os registros do conhecimento por semelhanças, para os usuários desses acervos. O catálogo explicita, por meio de mensagens, os atributos das entidades e os relacionamentos. (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 12).

Relativamente às funções da catalogação e do catálogo, Fiuza (1987, p. 46) cita Antonio Panizzi (1797-1879), bibliotecário do Museu Britânico, que elaborou as célebres 91 Regras de Catalogação, cuja ideologia pode assim ser resumida:

O catálogo deve ser visto como um todo. O livro procurado por uma pessoa não é realmente, na maioria das vezes, o objeto de seu interesse, mas a obra nele contida; esta obra pode ser encontrada em outras edições, traduções e versões, publicada sob diferentes nomes de autor e diferentes títulos e, conseqüentemente, para servir bem ao usuário, o catálogo deve ser planejado para revelar todas as edições, versões, etc. das obras, bem como outras obras geneticamente relacionadas que existem na biblioteca. (FIUZA, 1987, p. 46).

Os registros bibliográficos são normatizados e um dos propósitos para tanto é seu intercâmbio entre bibliotecas, por meio de padrões internacionalmente acordados. Entre os principais documentos normativos para a representação descritiva, encontra-se a Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação (versão original de 1961) e o *International Standard Bibliographic Description* (ISBD) (versão original de 1971), ambos publicados pela *International Federation of Library*

Associations and Institutions (IFLA). Cabe ressaltar que as normas para metadados, embora aparentemente não se assemelhem à ISBD, têm com esta grande compatibilidade quanto à transcrição de elementos. A principal diferença consiste na pontuação, considerada dispensável para certos ambientes eletrônicos. Tal posição reafirma-se no código *Resource Description and Access* (RDA), ou Descrição e Acesso ao Recurso, publicado em 2010 como substituto às *Anglo-American Cataloguing Rules 2nd edition* (AACR2). O RDA não apresenta as pontuações estabelecidas como precedentes e sucedentes a cada área da descrição bibliográfica, como prescritas na ISBD.

A representação temática, por sua vez, compreende dois processos: a atribuição de assuntos aos documentos, através do processo de indexação, com a função de acesso ao registro; e a produção de um texto-síntese do original, por meio da elaboração de resumos, com a função de seleção pelos usuários.

Por sua vez, a classificação é conceito basilar da organização da informação, mas também, modo de realização da ordenação de documentos.

2.4 A classificação bibliográfica na ordenação de documentos

Classificar, em seu sentido mais amplo, é “um processo mental pelo qual coisas, seres ou pensamento, são reunidos segundo as semelhanças ou diferenças que apresentam” (BARBOSA, 1969, p. 13). Em outras palavras, o ato de classificar contempla a “formação metódica e sistemática de grupos, a ação organizante de ordenar um determinado conjunto de seres ou coisas em agrupamentos menores, a partir de características semelhantes partilhadas por alguns (que os incluem dentro de determinado grupo) e não compartilhada pelos demais (que não pertencem a esse grupo)” (ARAÚJO, 2006, p. 117).

De acordo com Simões (2011), do processo de classificar resultam grupos que, na maioria dos casos, encontram-se estruturados em subgrupos. A essa estrutura de conceitos ordenada hierarquicamente, materializada pelo ato de classificar, denominamos sistema de classificação ou classificação. Nesse contexto, embora semanticamente intrínsecos e complementares, classificar e classificação são conceitos distintos:

Entendemos por classificar um processo e por classificação um instrumento que serve para classificar e, ao mesmo tempo, um produto que resulta do processo de classificar.

Esta definição, que estabelecemos para estes dois conceitos, apresentados num âmbito geral, é também aplicada num contexto específico, como é o caso das Ciências da Informação.

Uma vez transposto para este plano específico e teórico, o conceito classificar será sempre entendido como um processo mental de organizar informação, enquanto o conceito classificação será entendido como um instrumento que serve para representar e recuperar informação (SIMÕES, 2011, p. 33).

Sistemas ou esquemas de classificação são, de acordo com Derek Langridge (1977, p.38), um mapa de qualquer área do conhecimento, elencando os seus conceitos e suas relações. Correspondem, deste modo, à “(...) distribuição de um conjunto de ideias por certo número de conjuntos parciais, coordenados e subordinados” (PIEIDADE, 1983, p. 29). Os sistemas de classificação podem ser qualificados de vários modos, considerando-se a característica tomada por base de sua divisão. Segundo a finalidade a que se destinam, de acordo com Piedade (1983) e Barbosa (1969), os sistemas de classificação podem ser classificações filosóficas ou bibliográficas. Classificações filosóficas são aquelas “criadas pelos filósofos, com a finalidade de definir, esquematizar e hierarquizar o conhecimento, preocupados com a ordem das ciências ou a ordem das coisas” (PIEIDADE, 1983, p. 60). Classificações bibliográficas, por sua vez, “são sistemas destinados a servir de base à organização de documentos nas estantes, em catálogos, em bibliografias etc.” (PIEIDADE, 1983, p. 60). No contexto da organização da informação, nos utilizamos das classificações bibliográficas.

Classificação bibliográfica é um “esquema controlado e estruturado de conceitos; estes se apresentam distribuídos sistematicamente de forma lógica em classes, organizados do modo geral para o particular, em níveis sucessivos de subordinação hierárquica” (SIMÕES, 2011, p. 144). A autora explica que a classificação bibliográfica cumpre três funções básicas: organizar os assuntos extraídos de um documento em um grande tema, representar os documentos a partir dos seus conteúdos temáticos e arrumar os documentos por assunto em uma biblioteca. Os principais sistemas de classificação bibliográfica utilizados na atualidade, no Brasil, são a Classificação Decimal Universal (CDU) e Classificação Decimal de Dewey (CDD).

Segundo Piedade (1983), os documentos podem ser ordenados a partir dos mais variados critérios, como tamanho ou cor da encadernação, mas a característica mais útil a esta operação é o conteúdo temático, posto que a sua finalidade é facilitar a localização de informações. A esse respeito, considerando a ampla utilização dos sistemas de classificação bibliográfica em virtude de uma predominância do conteúdo temático como critério classificatório, o bibliotecário britânico William Sayers (1881-1960) pontua que uma característica importante de tais sistemas está na possibilidade de proverem classes desenvolvidas para contemplar os casos em que a forma dos documentos prevalecesse sobre o conteúdo temático, como na classe de Literatura. Nesse sentido, o autor recomendava que se “classifique ‘primeiro pelo assunto, depois pela forma’, exceto nas classes de forma, nas quais a forma é soberana” (SAYERS, 1922, p. 64).⁵

Como atividade documentária de organização da informação complementar às representações descritiva e temática, temos a ordenação, processo pelo qual documentos e metadados de documentos são ordenados e alocados segundo atributos definidos como critérios ordenadores.

De acordo Ortega, Silva e Santos (2016, p. 13), a atividade de ordenação tem três funções principais: 1) modo de leitura, ou seja, uma proposta de alocação dos documentos que permita a orientação e circulação; 2) localização dos documentos; 3) gestão da coleção, através de políticas de seleção e descarte de documentos e da otimização do planejamento do espaço onde está disposta a coleção.

A ordenação é operacionalizada através de três métodos principais: cronológico, alfabético e classificatório (ORTEGA; SILVA; SANTOS, 2016). O método cronológico baseia a ordenação em uma sequência temporal linear, através de atributos como ordem de entrada na coleção ou ano de publicação. O método alfabético utiliza-se de atributos passíveis de alfabetação, como autor e título. O método classificatório, por sua vez, contempla uma estrutura hierárquica dos atributos em agrupamentos de classes e subclasses. Como atributos a serem utilizados no método classificatório, temos assunto, tipologia documental, entre vários outros, desde que seja passível de elaborá-los em uma estrutura hierárquica.

O método classificatório remete ao processo de identificação das características dos documentos, reunindo os que apresentam características

⁵ "Classify 'first by topic, then by form', except in the form classes, where form is paramount."

semelhantes e separando os que têm características diferentes. (ORTEGA; SILVA; SANTOS, 2016). Apesar da prevalência do atributo assunto como critério de ordenação, classificar documentos não se refere exclusivamente ao atributo assunto, mas ao processo de ordená-los de acordo com as especificidades e objetivos da instituição e do público. Mesmo diante da diversidade de estruturas hierárquicas possíveis para a ordenação de documentos, os tradicionais sistemas de classificação bibliográfica, como CDD e CDU, correspondem aos principais instrumentos empregados principalmente em bibliotecas pelo método classificatório em diversos países, como é o caso do Brasil.

Como visto, o processo de ordenação compreende a ordenação de documentos e a ordenação de metadados de documentos.

A ordenação de metadados de documentos “[...] refere-se à ordem atribuída às referências de bibliografias e seus índices de acesso, aos cabeçalhos de fichas catalográficas, aos pontos de acesso dos índices das bases de dados de qualquer tipo e aos termos que compõem as hierarquias construídas para navegação e acesso a documentos eletrônicos.” (ORTEGA; SILVA; SANTOS, 2016, p. 15).

A ordenação de documentos, por sua vez, caracteriza-se como “(...) o processo de arranjo de uma coleção ou de parte de uma coleção de itens documentais, em móveis, como estantes ou arquivos, decorrente de operações baseadas em uma ordem preestabelecida a partir de determinado critério de interesse” (ORTEGA; SILVA; SANTOS, 2016, p. 15). A definição do modelo de disposição dos documentos nos mobiliários é guiada pelos objetivos da instituição, considerando a especificidades do público a ser atendido e da coleção.

Como uma das principais soluções para a ordenação de documentos, destaca-se o número de chamada (*call number*), constituído pelo conjunto de símbolos utilizados para indicar a localização física de documentos (LEHNUS, 1978). O número de chamada foi sistematizado pelo bibliotecário indiano S. R. Ranganathan aproximadamente em 1930 e estabelece a ligação entre três elementos, na seguinte sequência: número de coleção, número de classe e número do livro (SILVA; CARVALHO; MARTINS; ORTEGA, 2020, p. 110). O número de coleção é constituído por um ou mais símbolos que indicam o documento como integrante de uma coleção do acervo e não é parte obrigatória do número de chamada. O número de classe é definido por um ou mais caracteres que denotam o agrupamento, em geral temático, ao qual o documento pertence. O número do livro

corresponde a uma ou mais combinações de atributos documentais - como notação de autor, número de edição, dentre outros - que são empregados para distinguir um documento de outros com o mesmo número de classe. O número de coleção e o número de classe têm função essencialmente agrupadora, enquanto o número do livro tem função sequenciadora, individualizando, desse modo, o número de chamada (ORTEGA; SILVA; SANTOS, 2016, p. 86).

Por fim, ressaltamos que processos e instrumentos da organização da informação, como os próprios nomes indicam, devem ser utilizados de modo crítico, pois não possuem um fim em si mesmos. A organização da informação é um processo de caráter político e social, que tem por objetivo final a comunicação da informação.

3 BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS

3.1 Livros para todos?

O CORAL DA BIBLIOTECA⁶

Shiyali Ramamrita Ranganathan

Todos cantam em coro:

Há lugar para todos
 Não vá um diretor
 Malvado ou doutor
 Confinar os livros
 Para uma rica elite.
 Temos livros para todos.

Livros para os ricos
 E livros para os pobres
 Livros para o homem
 E para a mulher também.
 Livros para os doentes
 E livros para os contentes
 Livros para os cegos
 E para os surdos também.

Livros para os sabidos
 E livros para os mandriões
 Livros para os burgueses
 E livros para os peões.

Livros para os letrados
 E livros para os apenados
 Temos livros para todos
 Para cada um e para todos.

Um estranho entra, cantando:

Livros para todos, sim. Livros para todos
 Mas falta acrescentar
 Livros na terra
 E livros no mar.

Livros para todos. A afirmação realizada pelo renomado bibliotecário e matemático indiano Shiyali Ramamrita Ranganathan (1892-1972) nos remete aos ideais de democratização do acesso à informação, um tema central para o nosso tempo, a dita sociedade da informação. Não se trata, portanto, de um tema recente para a Biblioteconomia. Ranganathan (2009) elaborou em 1928, e publicou em 1931, uma série de cinco preceitos, as cinco leis da Biblioteconomia, visando

⁶ RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. **As cinco leis da biblioteconomia**. Tradução de Tarcisio Zandonade. Brasília, DF: Briquet de Lemos / Livros, 2009. p. 86.

direcionar e inspirar as práticas bibliotecárias de modo a proporcionar para todos, sem exceção, o acesso à informação:

- 1) os livros são para usar;
- 2) a cada leitor seu livro;
- 3) a cada livro seu leitor;
- 4) poupe o tempo do leitor;
- 5) a biblioteca é um organismo em crescimento.

Ranganathan foi responsável por chamar a atenção de bibliotecários e do público em geral para “[...] as potencialidades da biblioteca como instituição social, e, por conseguinte, como organização apta a romper as muralhas da exclusão social” (SOUSA; TARGINO, 2016, p. 12). Suas leis desafiaram a noção de que os livros deveriam permanecer confinados para poucos privilegiados (os livros são para usar), enfatizaram a multiplicidade de usuários que a biblioteca pode atingir e de necessidades informacionais que deve buscar atender (a cada leitor o seu livro e a cada livro o seu leitor) e preconizaram a concepção de que a biblioteca deve ser viva, dinâmica (um organismo em crescimento) e democrática. (TARGINO, 2010, p. 123).

Aproximando-se do primeiro centenário de sua publicação, hoje podemos perceber com clareza ainda maior toda a empatia que as cinco leis expressam pelos excluídos através da ênfase à democratização do acesso à informação. Ranganathan e suas leis são, de fato, atemporais:

Estes [os cinco preceitos] persistem como essenciais até os dias de hoje para quem consegue visualizar, na Biblioteconomia, chance inigualável de exercer a cidadania e lutar pelo acesso universal, oportunizando aos cidadãos informações compatíveis às suas demandas informacionais, num momento histórico, em que as inovações tecnológicas marcam presença ostensiva e irreversível [...]. (SOUSA; TARGINO, 2016, p. 12)

Para o entendimento de como preceitos concebidos em outro tempo podem ser tão apropriados como orientação para as bibliotecas de nossos dias, torna-se interessante, ainda que em termos gerais, “[...] retomar o passado histórico, caracterizado pelo acesso limitado da informação, a fim de compreender o fluxo informacional da contemporaneidade, o qual assume novo caráter.” (SOUSA; TARGINO, 2016, p. 14).

As transformações sofridas pelas sociedades em diferentes momentos históricos refletiram diretamente nas bibliotecas que por diversas vezes precisaram

se reestruturar de acordo com as novas demandas apresentadas pela sociedade. Na Antiguidade e Idade Média, os registros de informação realizados em tabuletas de argila e posteriormente em papiro e pergaminho não possuíam caráter público, sendo mantidos, principalmente na Idade Média, por ordens religiosas e acessados por poucos privilegiados.

A partir da Renascença, com o desenvolvimento científico, artístico e comercial que caracterizou esse período histórico, e o surgimento da imprensa de Gutemberg, ocorreu, embora paulatinamente, uma proliferação de livros que determinou a criação e ampliação de bibliotecas. Os livros atingiam, finalmente, outros setores da sociedade. Desse modo, conforme afirma Wilson Martins (2002, p. 323), a biblioteca moderna é o resultado de um processo histórico gradativo, ininterrupto e simultâneo de transformação, marcado essencialmente por quatro características principais: laicização, democratização, especialização e socialização.

Martins (2002, p. 323) explica que no período da Renascença, com o desaparecimento das monarquias de direito e das universidades monásticas, as bibliotecas adotaram uma nítida e sólida laicização. O livro perde o seu caráter sagrado e a biblioteca se torna uma instituição leiga, civil, pública e aberta. Tal mudança de paradigma contribui para a democratização das bibliotecas, que passa a estender aos “homens comuns” privilégios antes reservados a uma minoria. O autor ressalta que, mediante esse contexto, livros e bibliotecas tiveram papel de destaque para a instalação dos sistemas democráticos de governo, ao atuarem como instrumentos para a abolição do Antigo Regime.

A democratização, por sua vez, é necessariamente também um processo de especialização, visto que estender a todos os homens os benefícios da informação exige a criação de opções que respondam aos mais variados gostos e necessidades. Em outras palavras, se o nome biblioteca respondia por uma classe única de instituição, outros tipos foram surgindo com a diversidade de coleções e demandas. Todas essas mudanças, que não aconteceram separadamente, mas, simultaneamente, resultaram no processo de socialização das bibliotecas que, de acordo com o autor, talvez seja o mais significativo dentre os que distinguem a biblioteca moderna:

Organismo antes reservado a uns poucos, que deviam procurá-la e solicitar-lhe os favores, a biblioteca moderna não apenas abriu largamente as portas, mas ainda sai à procura de leitores; não apenas quer servir ao indivíduo isolado, proporcionando-lhe a leitura, o instrumento, a informação que necessita, mas ainda deseja satisfazer as necessidades do grupo assumindo voluntariamente o papel de um órgão sobrecarregado, dinâmico e multiforme da coletividade. (MARTINS, 2002, p. 324-325).

Diante desse contexto histórico, percebemos que novos paradigmas sociais, culturais e políticos foram estabelecidos pela sociedade e, como consequência, pela instituição biblioteca. O direito de acesso à informação configura-se hoje como um direito fundamental, um direito humano, através do qual podemos obter acesso a uma série de outros direitos, como saúde e educação. Contudo, ainda existe uma assimetria significativa no exercício deste direito no Brasil e no mundo. Os livros, e a informações neles contidas, ainda não são para todos.

3.2 Biblioteca e Comunidade

Como forma de enfrentamento à desigualdade no acesso à informação, presenciemos nas últimas décadas, especialmente em países economicamente menos desenvolvidos, o surgimento de um novo tipo de biblioteca, fundamentado essencialmente na valorização da coletividade e tendo por objetivo atender as necessidades informacionais, culturais e educacionais daqueles que se encontram em dificuldades para supri-las. Trata-se de bibliotecas criadas por iniciativa, ou com a participação, da comunidade que pretendem atender, a qual também se ocupa da gestão dessas bibliotecas. A forma de criação representa o principal qualificador de tais bibliotecas, pois, como veremos adiante, em países economicamente desenvolvidos, as bibliotecas criadas por comunidades podem não ter relação com o enfrentamento de questões relacionadas à pobreza e à exclusão, haja vista que comunidades distintas têm realidades distintas. Em ambos os casos, contudo, tais bibliotecas são denominadas como “bibliotecas comunitárias”, haja vista serem responsáveis por sua criação e gestão, total ou em parceria.

Nesse ponto, percebemos que a relação entre biblioteca e comunidade é complexa e simbiótica. Sendo assim, antes de efetivamente realizarmos uma análise que nos permita compreender como essa relação surgiu e tem se desenvolvido, devemos considerar cada uma de suas partes, separadamente. Afinal, o que é uma

biblioteca? O que é uma comunidade? Tais indagações podem parecer triviais, mas, são justificáveis:

A banalidade de determinados termos torna-os paradoxalmente mais transparentes: se todos acham que sabem o que é um livro, ou uma biblioteca, é porque a palavra, empregada todos os dias e “sem pensar”, não parece mais colocar problemas. Na realidade, essa evidência é um engodo, e a história do léxico constitui também, como mostraram os pesquisadores alemães, uma via de acesso muito significativa para a história dos discursos, do pensamento e das ideias. (BARBIER, 2018, p. 15).

Exploremos, então, o conceito de biblioteca. A palavra “biblioteca” tem sua origem no grego, *Bibliothēkē*, uma associação entre *Biblio* (livro) e *Thēkē* (caixa, cofre, receptáculo), que derivou para o latim, *Bibliothēca*, e posteriormente para o francês, *Bibliothèque* (CUNHA, 2012). No contexto contemporâneo, a concepção de depósito de livros não é mais capaz de limitar o significado e, principalmente, as funções de uma biblioteca, conforme demonstra o verbete do “Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia”:

Biblioteca *library* **BIB 1.** Coleção de material impresso ou manuscrito, ordenado e organizado com o propósito de estudo e pesquisa ou de leitura geral ou ambos. Muitas bibliotecas também incluem coleções de filmes, microfiches, discos, vídeos e semelhantes que escapam a expressão ‘material manuscrito ou impresso’. **2.** “Coleção organizada de registros da informação, assim como os serviços e respectivo pessoal, que tem a atribuição de fornecer e interpretar esses registros, a fim de atender as necessidades de informação, pesquisa, educação e recreação de seus usuários. [...] **3.** Sala ou prédio onde são guardadas, ordenadamente, coleções de livros e outras espécies documentárias. (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 48).

Como seria possível prever, a definição abarca três dos elementos constitutivos da biblioteca e que se confundem com sua própria definição: coleção, serviços e espaço. Afinal, “[...] a biblioteca não é definida primeiramente como o local em que os livros são conservados e postos à disposição?” (BARBIER, 2018, p. 11). Independente das particularidades das coleções, serviços e espaços, existe uma característica fundamental que qualifica todos os tipos as bibliotecas, a comunicação ou transferência da informação:

A biblioteca designa, portanto, um *corpus* textual (um conjunto de textos) reunido em um dado espaço (o da biblioteca). Ora, a característica central desse par conteúdo/espaço é sua inserção profunda na lógica das transferências culturais e isso em diferentes planos.

Tratando-se de cultura escrita, a biblioteca é a própria instituição da transferência, na medida em que ela oferece a seu usuário uma parte mais ou menos importante da informação disponível sob uma forma escrita num dado momento. (BARBIER, 2018, p. 19).

Barbier (2018) fala em “transferência da informação” para se referir ao processo de “comunicação da informação”, o qual procede de sua geração, processamento e disseminação.

Contudo, preferimos o termo “comunicação”, tendo em vista nosso entendimento de que se trata efetivamente de um processo de comunicação e que a informação não pode ser transferida de um sujeito para outro, como um objeto.

O termo comunidade, por sua vez, assim como biblioteca, é uma palavra plural, um termo com múltiplos sentidos. Pode significar, por exemplo, uma localidade ou um agrupamento de pessoas:

Entendemos por comunidade qualquer espaço onde pessoas convivem, se identificam, compartilham objetivos e preferências. Uma comunidade pode ser um bairro, uma vila, um espaço virtual, uma igreja, uma escola, um grupo de pessoas que compartilham ideologias, enfim, qualquer agregado que se caracteriza por alguns traços comuns de identificação. (PINTO, 2013, p. 27).

Em outras palavras, Lankes (2016) classifica como comunidade “[...] um grupo de pessoas que se unem em torno de um ponto em comum. As comunidades são formadas onde as pessoas vivem, e onde estudam ou trabalham. Uma universidade é uma comunidade, assim como um escritório de advocacia, assim como um hospital.” (LANKES, 2016, p. vii, tradução nossa).⁷

Nesse sentido, a criação de uma comunidade é feita através da coesão social que resulta da participação coletiva em uma área em comum da vida de seus membros, imprimindo aos agrupamentos humanos uma forma particular de sociabilidade, a comunitária:

⁷ [...] is a group of people who come together around a commonality. Communities form where people live, and where they study or work. A university is a community, as is a law practice, as is a hospital.

Com efeito muitas vezes entramos em relação com o nosso próximo de maneira direta, emocional e afetiva. Nesses casos entramos em relação com o próximo pela razão de que ele é quem é: pai, irmão, amigo, amante, compatriota, camarada, companheiro... Esta forma fundamental de sociabilidade dizemos que é comunitária, porque constitui uma comunidade ou participação comum de vida, e os grupos que nela se apoiam são comunidades. Por outra parte, em diferentes ocasiões, entramos em relação com os outros seres humanos mediatizados por leis, instituições, burocracias, corporações etc., então o próximo é para nós o juiz, médico, polícia, padeiro, carteiro, serralheiro etc. Esta outra forma de sociabilidade dizemos que é associativa e os grupos humanos que estão constituídos sobre ela denominamos associações. (SUAIDEN, 1995, p. 15).

Por fim, além de significado, algumas palavras guardam sensações. A palavra “comunidade” é uma dessas. Ela sugere uma coisa boa: o que quer que “comunidade” signifique, é bom “ter uma comunidade”, “estar numa comunidade”. Comunidade, sentimos, é sempre uma coisa boa. (BAUMAN, 2003, p. 7). Para Machado (2009), os significados e sentimentos contidos no conceito de comunidade podem ser “[...] potencializados pelo termo biblioteca já que este também opera no imaginário da sociedade como um espaço carregado de cultura” (MACHADO, 2009, p. 90), enquanto Carneiro (2016, p. 11) pontua que a instalação de uma biblioteca cria a oportunidade da construção de um senso de comunidade. Mais que um senso de comunidade, uma biblioteca é efetivamente uma comunidade, pois além de informação, uma biblioteca comporta um grupo de pessoas, dividindo, construindo, aprendendo juntas. A biblioteca comunitária, particularmente, é um tipo de biblioteca que é constituído “para servir a comunidade ou... é comunidade.” (BADKE, 1984, p. 56).

3.3 Biblioteca Pública

A biblioteca se tornou, por sua trajetória histórica, como apresentado anteriormente, uma instituição com qualidades laicas, democráticas e sociais, além de apresentar um nível cada vez maior de especializações. Uma das formas possíveis de classificarmos os diferentes tipos de bibliotecas é considerarmos o público e o uso da informação a que se destinam. Nesse sentido, conforme enumerado por Luís Milanesi (2013), existem bibliotecas para crianças, estudantes de escolas, estudantes de universidades, pesquisadores, cidadãos e para corporações e negócios.

Existem, dessa forma, diferentes tipos de bibliotecas para diferentes tipos de público. Contudo há um tipo de biblioteca que se caracteriza pela amplitude e heterogeneidade de público: a biblioteca pública. O Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas, em sua revisão do ano de 1994, mostra que tal amplitude de público visa promover a democratização no acesso à informação:

Os serviços fornecidos pela biblioteca pública baseiam-se na igualdade de acesso para todos, independente de idade, raça, religião, nacionalidade, língua ou status social. (IFLA; UNESCO, 1994, p. 1)

Pelo Manifesto, a biblioteca pública deve proporcionar “[...] condições para a aprendizagem permanente, autonomia de decisão e desenvolvimento cultural dos indivíduos e grupos sociais” (IFLA; UNESCO, 1994, p. 1). Para tanto, foi estabelecido um conjunto de missões básicas relacionadas à informação, alfabetização, educação e cultura, visando orientar os serviços da biblioteca pública:

1. Criar e fortalecer hábitos de leitura nas crianças desde a mais tenra idade;
2. Apoiar tanto a educação individual e autodidata como a educação formal em todos os níveis;
3. Proporcionar oportunidades para o desenvolvimento criativo pessoal;
4. Estimular a imaginação e criatividade da criança e dos jovens;
5. Promover o conhecimento da herança cultural, apreciação das artes, realizações e inovações científicas;
6. Propiciar acesso às expressões culturais das artes em geral;
7. Fomentar o diálogo intercultural e favorecer a diversidade cultural;
8. Apoiar a tradição oral;
9. Garantir acesso aos cidadãos a todo tipo de informação comunitária;
10. Proporcionar serviços de informação adequados a empresas locais, associações e grupos de interesse;
11. Facilitar o desenvolvimento da informação e da habilidade no uso do computador;
12. Apoiar e participar de atividades e programas de alfabetização para todos os grupos de idade e implantar tais atividades se necessário. (IFLA; UNESCO, 1994, p. 2)

A amplitude de público e missão representou, ao longo de seu percurso, um desafio para biblioteca pública. No Brasil, notadamente na década de 1980, diversos autores se dedicaram ao tema da biblioteca pública, principalmente buscando soluções para os problemas que apresentava (e ainda apresenta). Destacamos, inicialmente, Victor Flusser (1980, 1982, 1983) e sua proposta para o entendimento do que seria uma “biblioteca verdadeiramente pública”. Flusser (1980, p. 131) afirma que, na Idade Média, a criação artística era entendida como um bem simbólico de

domínio público. Com a Renascença, ao contrário, em virtude do espírito individualista burguês, a criação artística passou a ser entendida como um bem econômico para fruição individual. Em outras palavras, a criação artística voltou-se do povo para “um” público. Inicia-se, assim, o distanciamento entre alguns grupos sociais e a cultura. Distanciamento que cria de um lado um público efetivo ou potencial e do outro um público negligenciado ou “não-público”. O autor ressalta que ao contrário do público potencial, que poderá se tornar público, o não-público será sempre negligenciado, nunca se alterando o seu *status*.

Flusser (1980, p. 132) defende que a biblioteca pública deveria se voltar para o não-público. Nessa dimensão, “a biblioteca verdadeiramente pública é a transformação estrutural da biblioteca tal como existente hoje, em uma que participe do processo de dar a palavra ao não público” e, “ao dar a palavra, a biblioteca verdadeiramente pública responde à aspiração fundamental da igualdade [...]”. (FLUSSER, 1980, p. 133).

“Dar a palavra” remete diretamente a Paulo Freire, que participou do XI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação em 1982, realizando a conferência intitulada “A educação de adultos e bibliotecas populares”. Em relação a essa temática, Paulo Freire ressaltou a relação entre alfabetização de adultos e bibliotecas populares com as questões da leitura e escrita. Para Paulo Freire, a compreensão crítica da alfabetização, que envolve a compreensão igualmente crítica da leitura, demanda a compreensão crítica da biblioteca.

Paulo Freire (1982) pontua que, em oposição à mencionada compreensão crítica da alfabetização, temos aquela que seria uma “visão ingênua”. O ponto inicial para a diferenciação destes modos de se compreender e praticar a educação consiste no mito da neutralidade da educação, posto que é “impossível negar a natureza política do processo educativo quanto negar o caráter Educativo do ato político.” (FREIRE, 1982, p. 2). A educação, afirma o professor, reproduz a ideologia dominante e se relaciona com questões do Poder. Nesse contexto, a crença na neutralidade da educação, e por consequência da biblioteca, é uma “[...] das conotações básicas da visão ingênua da educação” (FREIRE, 1982, p.7).

Antônio Agenor Briquet de Lemos foi outro estudioso que se ocupou da questão das bibliotecas públicas brasileiras nesse período. No artigo “A biblioteca pública em face da demanda social brasileira”, o autor declara que “não se pode afirmar que, passados 167 anos desde que se fundou a primeira biblioteca pública

em Salvador, essa instituição tenha sido cooptada pela biblioteca brasileira como um todo. E, menos ainda, pelo Estado.” (LEMOS, 1979, p. 206). Aproximadamente quatro décadas depois da publicação do artigo, podemos afirmar que esse quadro persiste. A explicação para tanto, de acordo com autor, remonta ao histórico da criação de bibliotecas públicas no Brasil que durante muitos anos partiu da iniciativa da classe média, tutelar e patrimonialista. Como consequência, “a biblioteca pública, numa sociedade atrasada, dependente e periférica, servia para que as classes dominantes flertassem com as classes dominadas, oferecendo a estas uma instituição que é reconhecida universalmente como símbolo de civilização e progresso.” (LEMOS, 1979, p. 206).

Dentre as alternativas propostas para a reversão desse cenário, destacou-se o trabalho de Mário de Andrade (1893-1945), que criou e dirigiu no período de 1935 a 1938 o Departamento de Cultura do Município de São Paulo, sendo grande incentivador da democratização do acesso à informação e do desenvolvimento de tipos alternativos de biblioteca. Seu trabalho participou da mudança de paradigma da biblioteca pública:

Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco, em 1811, na Bahia, queria entrar em “relação de ideias com os escritores da Europa”. Mário de Andrade, em 1939, em São Paulo, queria criar o “hábito popular da leitura”. São dois extremos: o primeiro, aristocrático, preocupado com a acessibilidade à alta cultura europeia; o segundo liberal, igualitário, democratizante, afirmando que as bibliotecas “populares” seriam “verdadeiras escolas disfarçadas de ensino extra-escolar”. (LEMOS, 1982, p. 11).

Segundo Lemos (1982, p. 11), em ambos os casos encontramos a visão da biblioteca como uma alternativa da escola formal, voltada para o acesso à cultura das elites e a posição autoritária que julga e define o tipo de biblioteca que servirá ao povo. Como consequência, a proposta da biblioteca pública não se concretiza na prática:

Na realidade, as bibliotecas públicas têm sobrevivido, sem rumo e sem objetivos claros, com suas funções sendo definidas a reboque das práticas técnicas e não como uma busca constante de satisfazer as necessidades expressas pela própria comunidade. (LEMOS, 1982, p. 12)

Identificamos, dessa forma, uma ambivalência entre a missão e a prática da biblioteca pública, que compromete a satisfação das necessidades demandadas

pela comunidade. Nosso interesse principal na biblioteca pública, contudo, está no fato de que existe outro tipo de biblioteca, a biblioteca comunitária, com público e missão tão semelhantes, que muito se questionou se realmente seriam tipos diferentes de bibliotecas. Quais seriam as diferenças entre biblioteca pública e biblioteca comunitária?

3.4 Biblioteca Comunitária

A princípio, as bibliotecas comunitárias poderiam ser caracterizadas como bibliotecas públicas, “[...] pois possuem o mesmo objetivo, ou seja, democratizar o acesso ao livro e à informação para a comunidade local. O mesmo acontece com o uso do termo biblioteca popular” (MACHADO, 2008, p. 52). Mas, quais seriam, então, as principais particularidades que diferenciam a biblioteca comunitária dos demais tipos de biblioteca? Seria a biblioteca comunitária realmente um tipo diferente de biblioteca?

Almeida Júnior (1997, p. 11), em seu estudo “Bibliotecas públicas e bibliotecas alternativas”, apresenta variadas designações estabelecidas para bibliotecas, a partir das quais se propõe priorizar a função social e a relação com a comunidade, em propostas semelhantes, porém distintas, daquelas apresentadas para bibliotecas públicas: biblioteca ação-cultural, biblioteca viva, biblioteca verdadeiramente pública e, as mais comumente utilizadas, biblioteca popular e biblioteca comunitária.

A biblioteca popular teria sua origem na Europa e nos Estados Unidos, na segunda metade do século XIX. Na Europa, as bibliotecas populares foram construídas a partir do interesse da elite e oferecidas ao povo, enquanto nos Estados Unidos, foram organizadas espontaneamente pela sociedade. (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 91-93). No entanto, de acordo com o autor, a concepção das bibliotecas populares era muito semelhante à concepção das bibliotecas públicas. A ideia era promover a ampliação do público-alvo das bibliotecas públicas através do aumento do número de bibliotecas, principalmente em bairros periféricos. A alfabetização, entretanto, continuava como necessidade básica para a utilização efetiva da biblioteca. O emprego de “biblioteca popular” parecia ser utilizado, por vezes, por sua melhor adequação a políticas populistas.

No Brasil, de acordo com Almeida Júnior (1997), a biblioteca popular foi apresentada como uma alternativa à biblioteca pública. O nome popular buscou demonstrar uma possível relação entre biblioteca e classes populares, evidenciando a necessidade de uma biblioteca que priorize a participação da comunidade ou a participação da biblioteca na vida da comunidade. Na prática, contudo, consistiram em “[...] propostas para uma atuação diferenciada da biblioteca pública ou ideias visando mudanças e transformações da biblioteca pública tradicional” (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 108).

A denominação “biblioteca comunitária”, segundo Almeida Júnior (1997, p. 93), pretendia amenizar as propostas das bibliotecas populares, tornando-as mais assimiláveis pelas classes dominantes. O objetivo era modificar a atuação da biblioteca pública, principalmente através do estabelecimento do vínculo com a comunidade, contudo, as concepções básicas foram mantidas. Nesse contexto, as bibliotecas comunitárias funcionariam de modo muito similar aos serviços de extensão oferecidos pelas bibliotecas públicas, como carro-biblioteca e caixa-estante. Sendo assim, antes de ser um novo tipo de biblioteca, a biblioteca comunitária seria uma nova proposta para atuação da biblioteca pública. Para Almeida Júnior, o adjetivo “comunitária” teria sido adotado com a intenção de destacar essa proposta de outras existentes e também da biblioteca pública:

Assim, a biblioteca comunitária passaria para a sociedade, por uma nova entidade, não carregando preconceitos e ideias preconcebidas que prejudicariam sua atuação. No entanto, o estereótipo hoje existente na sociedade refere-se não especificamente à biblioteca pública, mas à biblioteca de modo geral, de nada adiantando, ou adiantando muito pouco, dessa forma, a troca do termo pública por comunitária. (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 107).

Mas, quais seriam as concepções básicas de uma biblioteca comunitária? A característica comumente definida como fundamental para uma biblioteca comunitária, aquela que a torna, por definição, diferente de uma biblioteca pública, é relativa à sua criação e gestão, que deve essencialmente ser realizada pela, ou com a participação, da comunidade por ela atendida, como apresentado por Vieira (2007) e Cavalcante (2014):

Enquanto o governo não toma as atitudes que deveria, a sociedade civil se coloca à frente da questão e avoca para si a luta por acesso à leitura e ao livro, por meio de sua organização em grupos, ou mesmo individualmente, criando alternativas para a população apropriar-se de seus direitos. Uma dessas alternativas é a biblioteca comunitária [...]. (VIEIRA, 2007, p. 63).

São espaços informacionais, fruto da ação coletiva ou individual, legitimados pelos moradores a partir do diálogo, da partilha, observações, necessidades e negociações entre os envolvidos. A gestão ocorre de modo dinâmico, mediante trabalho voluntário e ação participativa. Seus acervos são constituídos, na maioria das vezes, de doações, assim como o mobiliário, o prédio e os recursos para a realização das atividades. Como são espaços criados pela ação comunitária voltam-se principalmente para o compartilhamento das ações culturais, o empréstimo de livros e a mediação da leitura de modo criativo e autônomo. (CAVALCANTE, 2014, p. 30).

O *UNESCO Institute for Lifelong Learning (UIL)*, um dos sete institutos educacionais da UNESCO, através de publicação realizada por sua diretora Lisa Krolak (2019), acrescenta em sua definição algumas particularidades que ajudam na diferenciação entre bibliotecas públicas e comunitárias:

Bibliotecas comunitárias são estabelecidas, pertencentes e administradas por e para uma comunidade específica, claramente com base nas necessidades da comunidade. Elas representam um dos muitos modelos alternativos de biblioteca que surgiram desde os anos 1970. Em comparação com as bibliotecas públicas, as bibliotecas comunitárias geralmente são pequenas e usualmente não são mantidas por fundos governamentais. (KROLAK, 2019, tradução nossa).⁸

O termo biblioteca comunitária, portanto, é uma denominação usada para designar as iniciativas desenvolvidas em comunidades para responder às necessidades de informação da própria comunidade. Em outras palavras, é uma biblioteca “[...] formada pelo desejo proveniente da própria comunidade, existindo, por isso, um vínculo identitário entre aqueles sujeitos e a instituição, algo orgânico e visceral.” (BASTOS; ALMEIDA; ROMÃO, 2011, p. 90).

Como missão, as bibliotecas comunitárias apresentam compromisso com o desenvolvimento local e o crescimento de comunidades. O sucesso de uma biblioteca comunitária é medido pelo impacto provocado na comunidade:

⁸ Community libraries are established, owned and managed by and for a specific community, clearly based on community needs. They represent one of many alternative library models that have emerged since the 1970s. In comparison to public libraries, community libraries are often small and usually not supported by government funds.

Objetivamente, essas bibliotecas devem criar mecanismos para colaborar no desenvolvimento da sua comunidade, potencializando os próprios talentos dos indivíduos e das comunidades, constituindo-se como espaços públicos voltados para a emancipação, onde a prática cidadã possa aflorar de forma inovadora, criativa e propositiva. (MACHADO, 2008, p. 51).

Considerando as bibliotecas comunitárias brasileiras, foi fundada em 2015 a Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias (RNBC), “um movimento pela democratização do acesso ao livro, à leitura, à literatura e às bibliotecas sob a perspectiva da leitura como direito humano, com atuação em diversas cidades do território brasileiro” (Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias, 2020). A RNBC teve origem na articulação de redes locais de bibliotecas comunitárias incentivadas pelo Programa Prazer em Ler (PPL), uma ação de apoio e incentivo à leitura criada pelo Instituto C&A e cuja gestão foi assumida pelo Itaú Social em 2018. Atualmente, a RNBC é composta por 11 redes locais e 115 bibliotecas comunitárias.

O Instituto C&A e o Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF) realizaram nos anos 2017 e 2018 a pesquisa “Bibliotecas comunitárias no Brasil: impactos na formação de leitores” que buscou “conhecer realmente como as bibliotecas comunitárias se constituem como equipamentos públicos de inclusão social em seus territórios, nos campos da educação e da cultura [...]” (FERNANDEZ; MACHADO; ROSA, 2018, p. 14). A amostra da pesquisa foi estabelecida não apenas por bibliotecas comunitárias integrantes da RNBC e contou com a participação de 143 bibliotecas localizadas nas cinco regiões do país.

O resultado da pesquisa nos permite estabelecer a configuração de uma típica biblioteca comunitária no Brasil. De modo geral, uma biblioteca comunitária no Brasil está sediada em pequenos espaços de até 40 m² (38,5% das bibliotecas pesquisadas), e que podem variar entre as salas da instituição à qual está vinculada, como garagens, igrejas, espaços comerciais e até cemitérios. As coleções também são relativamente pequenas, contando com até 3.000 livros (declaração de 47,6% das bibliotecas pesquisadas). A literatura é o conteúdo dominante das coleções, que é formada, de modo geral, a partir de doações. O gasto de uma biblioteca comunitária brasileira, sem considerar gastos com pessoal, não costuma ultrapassar R\$ 3.000,00 (declaração de 30,8% das bibliotecas pesquisadas).

Fernandez, Machado e Rosa (2018, p. 25) relatam a possibilidade de uma correlação entre os programas governamentais brasileiros da área do livro, leitura e

bibliotecas, iniciados a partir de 2001, como o Programa Fome de Livro de 2005 e o Plano Nacional do Livro e Leitura (2006), e a abertura de novas bibliotecas comunitárias, pois foi após o ano de 2006 que a maioria delas foi criada, 52,4%. Os responsáveis pela criação das bibliotecas comunitárias podem ser internos ou externos à comunidade e são comumente coletivos de jovens, movimentos sociais, entidades privadas sem fins lucrativos, grupos religiosos e partidos políticos. Iniciativas individuais ou familiares também ocorrem, contudo, a longevidade de atuação depende de sua capacidade de associação com coletivos. As pesquisadoras afirmam que tais associações ressaltam o caráter político das bibliotecas comunitárias:

Essas vinculações também conferem um caráter político à ação comunitária de organizar uma biblioteca. Em muitos casos identificados nessa pesquisa, ela ocorre no bojo de uma luta social por direitos. (FERNANDEZ; MACHADO; ROSA, 2018, p. 29).

Nessa dimensão, a biblioteca comunitária deve ser tratada “[...] como uma instituição social e política, historicamente determinada a partir dos fundamentos de comunidade” (FERNANDEZ; MACHADO; ROSA, 2018, p. 24) e que no contexto brasileiro apresenta “[...] uma inevitável associação com movimentos sociais, com a educação popular e com o pensamento paulofreireano” (FERNANDEZ; MACHADO; ROSA, 2018, p. 24).

Como visto, a biblioteca comunitária surge como parte de uma luta social por direitos, mais especificamente pelo direito à leitura literária, que é compreendido, segundo o pensamento de Antonio Candido (2004), como um direito humano. Existe, contudo, um tipo de informação que, por um lado é pouco considerado na literatura sobre bibliotecas comunitárias, mas por outro é extremamente apropriado para o seu contexto. Estamos nos referindo à informação para a comunidade ou informação utilitária:

A expressão informação utilitária tem sido usada por bibliotecários brasileiros para designar as informações de ordem prática, que auxiliam na solução de problemas que normalmente aparecem no cotidiano das pessoas, desde os mais simples até os mais complexos, abrangendo, por exemplo, assuntos ligados à educação, emprego, direitos humanos, saúde, segurança pública e outros. (CAMPELLO, 1998, p. 1).

O conceito de informação para a comunidade sempre esteve relacionado, conforme relata Campello (1998), à democratização do acesso à informação:

O conceito de informação para a comunidade, ou utilitária, esteve sempre ligado à idéia de atendimento a populações de baixa renda, que não têm fácil acesso à informação. Foi chamada por alguns autores de informação para a sobrevivência, uma vez que são consideradas as mais importantes e básicas para esses usuários, auxiliando-os a resolverem situações problemáticas, tais como: identificar oportunidades de emprego, conhecer seus direitos como cidadãos, utilizar um serviço público, dentre outras. (CAMPELLO, 1998, p. 1).

A informação para comunidade auxilia no exercício da cidadania e seu conhecimento “[...] é primordial para que todos possam exercer plenamente seus direitos e deveres, desde o mais simples como horário de ônibus à complexidade de leis das quais se possa colher benefícios constitucionais a seu favor” (BORGES; MAIA, 2018, p. 227). Trata-se, portanto, de um tipo de informação carregado de teor político e social:

Por definição, toda informação é útil. Assim, o termo “Informação Utilitária” é adequado para qualquer informação e seu emprego também o esvazia de qualquer conotação política, econômica e social presente nos termos “Informação Social” e “Informação para a Cidadania”. (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p. 138).

O termo Informação Utilitária foi adotado, de acordo com Almeida Júnior (2015, p. 138), como uma imposição de pesquisadores conservadores que dominavam a maior parte dos espaços acadêmicos e dos movimentos associativos. O autor esclarece que em países da América Latina, a partir de meados da década de 1950, a defesa de uma Biblioteconomia progressista, contrapondo-se à visão conservadora da área, teve espaço e iniciou a constituição de uma corrente teórica que se aproximava dos movimentos de resistência contra o autoritarismo presente em governos desses países. A força dessa corrente abriu espaços para as discussões de temas que faziam parte de suas preocupações até mesmo em grandes eventos da área, como ocorreu no Brasil durante o Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBD), citado anteriormente nesse trabalho, que em sua edição de 1982 teve como tema central “Biblioteca e Educação Permanente” e como palestrantes Paulo Freire, Victor Flusser e Luis Milanese.

A reação da corrente hegemônica, conservadora, não foi de confronto aberto, mas de defesa de conceitos e posições contrárias às ideias emergentes. Novos termos, como Informação Utilitária, surgiram buscando diminuir a força dos termos anteriores:

Tais termos buscavam amenizar os conceitos que embasavam os termos Informação Social, Informação para a Cidadania, Bibliotecas Populares. No lugar destes, surgiram: “Biblioteca Comunitária” e “Informação Utilitária”. Não houve, de fato, um confronto; o que ocorreu foi o uso, pelas correntes conservadoras, dos espaços por elas dominados para impor seus conceitos e se apoderar, a partir de seus interesses, de uma proposta que se propunha diferenciadora. (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p. 138).

Retornando à questão inicial da relação entre biblioteca pública e comunitária, consideramos que conceitualmente representam tipos diferentes de biblioteca. Seria interessante, nesse sentido, se ambas atuassem de modo a possibilitar o desenvolvimento mútuo:

As pessoas envolvidas com a biblioteca pública e a biblioteca comunitária têm muito a partilhar. Por um lado, os bibliotecários das bibliotecas públicas devem ter um olhar atento e despreconceituoso para as experiências das bibliotecas comunitárias, com o intuito de aprender com estas e incorporar este aprendizado à gestão de práticas participativas em bibliotecas públicas. Por outro lado, estes mesmos bibliotecários têm muito a ensinar às lideranças envolvidas na constituição de bibliotecas comunitárias, visto que elas convivem com dificuldades relacionadas à organização e à gestão da informação. Na prática, muitas bibliotecas comunitárias pouco mais são que um espaço de leitura e acesso ao livro. Isso ocorre, em grande parte, devido à falta de especialistas para atuar nesse processo. (MACHADO; VERGUEIRO, 2011, p. 62)

Nesse sentido, o governo do Reino Unido, em 2016, considerando os desafios relacionados à administração de bibliotecas públicas, desenvolveu como parte do programa “*My Community Rights*”⁹ ações de incentivo para que as comunidades assumam total ou parcialmente a gestão de bibliotecas públicas. O programa também incentiva a criação de bibliotecas comunitárias como forma de apoio ao trabalho das bibliotecas públicas. Trata-se de um exemplo de uma associação possível entre bibliotecas comunitárias e governo, na qual o governo tem participação, mas a autonomia das bibliotecas é mantida.

⁹ <https://www.gov.uk/government/get-involved/take-part/create-a-community-library>

Sendo assim, ressaltamos um aspecto particular de bibliotecas comunitárias presentes em países economicamente desenvolvidos. Nesses países, elas não são criadas exclusivamente por contingência de situações de pobreza e exclusão. Evidentemente, pobreza e exclusão existem, em escalas diferentes, por todo o mundo e, sendo assim, essas questões, inclusive como visto, também fazem parte das pautas das bibliotecas de países ricos. Contudo, existem bibliotecas comunitárias em comunidades com realidades que não apresentam tais questões sociais. Uma das explicações está no simples desejo da comunidade de usufruir dos benefícios de uma biblioteca e se desenvolver ainda mais. O desenvolvimento da comunidade é o verdadeiro objetivo de uma biblioteca comunitária.

Essa questão nos leva a examinar a situação da biblioteca comunitária a partir das desigualdades, presentes em todos os aspectos da vida da população e que caracterizam a nossa sociedade:

A constatação destas desigualdades tem levado a duas posições. Uma que reivindica uma distribuição equitativa de bens e serviços, de modo a tornar efetivamente universal usufruto, em condições de igualdade, de todas as vantagens que a sociedade atual pode oferecer. Outra que procura criar serviços ajustados às carências da maioria da população, com sua participação mais efetiva, e no mesmo grau de despojamento e modéstia que caracteriza a existência desses grupos. Essa posição está quase sempre marcada por um engajamento social e político, em que se almeja culminar todas essas iniciativas de ação social com a conscientização das pessoas em termos da realidade em que vivem e de como superar as limitações dessa realidade. (LEMOS, 1982, p. 12)

Nesse contexto, Lemos (1982) questiona em que medida é justo que aqueles que mais necessitam e apresentam menos recursos se responsabilizem por criar e gerir o que deveria ser um direito garantido:

Alguém, examinando essa última hipótese poderia, cinicamente, perguntar por que os pobres têm, além de todas as suas dificuldades para sobreviver, de ainda arcar com o ônus adicional de montar suas próprias bibliotecas? Enquanto isso, em lugares onde moram pessoas de mais alto poder aquisitivo, o Estado constrói bibliotecas públicas, às vezes de requintado e dispendioso padrão arquitetônico, sem que recaia sobre os moradores locais qualquer ônus adicional. (LEMOS, 1982, p. 12)

A justiça social será alcançada, efetivamente, quando todos os segmentos da sociedade possam ser igualmente ouvidos e atendidos, em um amplo projeto de reconstrução social e política:

[...] sabemos que somente dentro de um projeto mais amplo de reconstrução social e política, em que todos os segmentos da sociedade possam debater e decidir sobre o que melhor lhes convém é que poderá esboçar uma solução que tenha vigência social. Isto é, que não seja uma dádiva das classes dominantes nem um serviço de qualidade inferior, simplificado e adaptado às limitações dos desprivilegiados. (LEMOS, 1982, p. 12)

Há um aspecto perverso em torno das bibliotecas comunitárias no Brasil. Essas bibliotecas são mais presentes em comunidades com acesso precário a esse tipo de instituição, justamente para suprir essa lacuna. No entanto, a própria comunidade, apesar de todas as suas dificuldades, é que cria e gerencia a biblioteca, em geral obtendo acervos e serviços precários. Mesmo que a auto-gestão seja interessante para a apropriação, o resultado não reverte em cidadania, mas em manutenção da marginalidade econômica social e cultural.

Por fim, conforme afirma Almeida Júnior (2015, p. 138), todas as bibliotecas servem a uma comunidade e, nesse sentido, todas são bibliotecas comunitárias. Torna-se premente, então, o resgate da conotação política e social do termo, a fim de que uma biblioteca “verdadeiramente comunitária” possa existir.

4 BIBLIOTECA COMUNITÁRIA E ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

4.1 Organização da informação em biblioteca comunitária?

Afirmo, ademais, que, sem essa ordem e esse arranjo, esse amontoado de livros, por maior que seja, nem que fossem cinquenta mil volumes, não mereceria o nome de biblioteca. É como se fosse um ajuntamento de trinta mil homens, que não mereceria o nome de exército se não estivessem organizados em regimentos sob as ordens de comandantes e capitães, ou uma grande quantidade de pedras e materiais de construção que não merece o nome de palácio ou casa se não estiverem colocados e dispostos conforme o que é preciso para construir um prédio perfeito e acabado.

*Gabriel Naudé*¹⁰

A organização da informação é um dos elementos constituintes e essenciais do conceito de biblioteca enquanto instituição e enquanto sistema. Efetivamente, muito além de um amontoado de livros, uma biblioteca é “antes de tudo o espaço onde se encontra a organização da informação passível de levar o indivíduo até a obra de que necessita”. (TÁLAMO; LARA; KOBASHI, 1995, p. 53).

Diante desse contexto, quais seriam, então, as possibilidades para uma organização da informação mais significativa em bibliotecas comunitárias? Buscando responder essa questão, inicialmente, apontaremos alguns aspectos que justificam a importância da organização da informação para as bibliotecas comunitárias e, em seguida, discutiremos como a prática da organização tem sido realizada nessas bibliotecas.

Relativamente às práticas de organização da informação em bibliotecas comunitárias, a pesquisa “Bibliotecas comunitárias no Brasil: impactos na formação de leitores”, realizada em 2018, e citada anteriormente nesse trabalho, estabelece um panorama do atual *status* de organização das bibliotecas.

No tocante à catalogação, 81,1% das bibliotecas afirmaram realizar o registro bibliográfico do acervo. 64,3% das bibliotecas afirmam possuir catálogos, sendo 2,8% com catálogos em ficha de papel e 61,5% com catálogos automatizados a partir de *softwares* de gerenciamento de acervos, como o PHL, Sofia, Alexandria, Biblivre e Biblioteca Fácil. 28% das bibliotecas utilizam listagens manuais em papel

¹⁰ NAUDÉ, Gabriel. **Conselhos para formar uma biblioteca**. Tradução da primeira edição (1627) por Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos / Livros, 2016. p. 68.

para fazer o controle e o acesso ao acervo e 10,5% utilizam listagens em computador.

Quanto à produção de arranjos dos livros, 87,4% utilizam sistema de classificação por assunto e/ou por cor. 32,2% informam adotar a Classificação Decimal de Dewey (CDD) ou a Classificação Decimal Universal (CDU) e 50,3% usam o sistema de classificação por cores para a literatura de ficção e poesia, desenvolvido pelo Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF). Ressaltamos, no entanto, que apesar de comumente utilizada, a expressão classificação por cores apresenta a seguinte dissonância:

Convém observar que as cores não exercem a função de classificação, como muitas vezes se afirma, mas a função de sinalização. De fato, as cores não têm potencial para a indicação de atributos ou características dos documentos, ao contrário dos termos e dos números relacionados a eles em uma estrutura hierárquica ou em uma sequência com agrupamentos. Assim, é importante reforçar a incongruência do termo classificação por cores, a exemplo de Philippe Combot, que se refere, de modo mais apropriado, à codificação com símbolos ou cores (*cotation avec des symboles, des couleurs*). (ORTEGA; SILVA; SANTOS, 2016, p. 40-41).

O chamado sistema de classificação por cores para literatura de poesia e ficção foi desenvolvido pelo Centro de Cultura Luiz Freire sob responsabilidade de Cida Fernandez e tem como proposta a “[...] construção de um sistema de classificação cuja interface seja simples, permitindo que qualquer pessoa possa compreender e dele se utilizar, tanto como usuária quanto como gestora do serviço” (FERNANDEZ, 2008, p. 1). O trabalho foi desenvolvido especialmente para a gestão de acervos literários, sendo necessárias adaptações para outros tipos de conteúdo:

Embora o método possa ser adaptado e utilizado em qualquer tipo de acervo, este trabalho foi sistematizado para ser apresentado ao Instituto C&A e organizações parceiras do Programa Prazer em Ler, portanto está dirigido especificamente à organização de acervos literários, cujo foco da ação está voltada [*sic*] à formação de leitores/as. (FERNANDEZ, 2008, p. 1).

Desse modo, seria mais pertinente dizer que o arranjo dos livros nas estantes nas bibliotecas pesquisadas segue o sistema adotado na classificação por assuntos e/ou codificação por cores. Dentre as bibliotecas comunitárias que não adotam sistemas de classificação, foram identificadas 5,6% que fazem o arranjo dos livros nas estantes por tamanho. A organização dos livros nas estantes deve ser realizada de “[...] forma que seja convidativa e que estimule a autonomia dos leitores e para

que haja facilidade em seu manuseio” (ROCHA; HONORATO; CAVALCANTE, 2018, p. 54).

A organização das bibliotecas comunitárias em redes, como a Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias, trouxe a possibilidade da atuação de bibliotecários que, de modo geral:

[...] qualificaram os critérios de seleção dos acervos; os conhecimentos sobre gêneros literários; os processamentos técnicos para catalogação; as estratégias, tanto para a conservação e recuperação dos livros, como para o registro de todas as orientações e as definições sobre gestão do acervo (convertidos em um manual de procedimentos de cada biblioteca); a organização e a disposição dos livros nas estantes; o número de livros para empréstimo por pessoa; o tempo de devolução. (ROCHA; HONORATO; CAVALCANTE, 2018, p. 50-51).

Bibliotecários que atuam em bibliotecas comunitárias, na maioria dos casos, não são moradores da comunidade e realizam suas atividades forma voluntária. Mesmo quando contratados costumam não se reconhecer como funcionários, mas como parte de uma iniciativa coletiva (ROCHA; HONORATO; CAVALCANTE, 2018, p. 50). O trabalho do bibliotecário em bibliotecas comunitárias pressupõe a sua participação, a sua integração com a comunidade. Somente dessa forma, ele poderá responder efetivamente sobre como a organização da informação deverá ser compreendida e realizada de acordo com a sua realidade.

A pesquisa nos mostrou que mais da metade das bibliotecas (por volta de 60%) possuem catálogos, sendo que a maioria é automatizada. O catálogo permite conhecer o acervo, dizendo algo sobre ele segundo uma certa intenção comunicativa, e a automatização permite maior agilidade e o tratamento de maior número de informações. Além disso, via catálogo ou não, a maior parte das bibliotecas (por volta de 80%) faz o registro dos itens do acervo. Quanto à ordenação, também a maior parte produz arranjos e, a despeito do problema conceitual, há preocupação com arranjos que produzam sentido para o público.

Sendo assim, a despeito das falas identificadas na literatura de que a organização da informação é secundarizada em bibliotecas comunitárias, não se pode dizer que não há algum tipo de organização da informação e esforço para que ela seja feita do melhor modo possível. No entanto, esses números muito provavelmente são bem menores que os das bibliotecas especializadas e universitárias, e mesmo das bibliotecas públicas.

4.2 Aspectos técnicos e sociais da Biblioteconomia

Retomando as falas recorrentes na literatura, as bibliotecas comunitárias são comumente caracterizadas pela técnica como elemento secundário em relação ao seu papel social, conforme demonstram Guedes (2011) e Machado (2009):

As bibliotecas comunitárias são ambientes físicos criados e mantidos por iniciativa das comunidades civis, geralmente sem a intervenção do poder público. Esses centros comunitários possuem um acervo bibliográfico multidisciplinar, abarcando diversas tipologias documentais. **Suas coleções, por vezes, possuem organização improvisada ou intuitiva, pois o objetivo principal desses espaços é ampliar o acesso da comunidade à informação.** (GUEDES, 2011, p. 75, grifo nosso)

[...] consideramos que a biblioteca comunitária como se apresenta hoje na sociedade brasileira, pode ser considerada um outro tipo de biblioteca, pois vem sendo criada seguindo os princípios da autonomia, da flexibilidade e da articulação local, o que amplia as possibilidades de atuação e de inserção na sociedade. **Outro fator que nos leva a considerá-las diferente é pela forma de atuação estar muito mais ligada a ação cultural do que aos serviços de organização e tratamento da informação.** Estes princípios podem ser considerados qualidades essenciais destas bibliotecas, os quais as diferenciam das demais, tornando-as únicas e que, se retirados, destroem sua essência. (MACHADO, 2009, p. 89-90, grifo nosso)

Desse modo, podemos observar que existe na literatura da área uma percepção particular sobre a organização da informação no contexto das bibliotecas comunitárias. As discussões sobre a técnica bibliotecária são relegadas, segundo Almeida Júnior (1997), por dois motivos antagônicos:

a) As bibliotecas alternativas não consideram prioritárias e nem pretendem discutir as técnicas empregadas para organizar os materiais e as informações existentes em seus acervos. Acreditam que tais técnicas devem ser muito simples e elaboradas, criadas e implantadas de acordo com a política e os objetivos de cada biblioteca, construídos a partir dos interesses e necessidades de cada comunidade.

b) As técnicas bibliotecárias não precisam ser mencionadas, pois já existem e estão à disposição das bibliotecas. Os profissionais bibliotecários tiveram em sua formação, um amplo contato com essas técnicas, estando aptos a empregá-las quando se fizer necessário. As técnicas bibliotecárias não fazem parte das propostas de mudanças, sendo entendidas como passíveis de aplicação em qualquer tipo de biblioteca. (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 100).

No item “a”, temos a explicação de que as técnicas documentárias devem ser simples e adaptadas aos interesses e necessidades de cada comunidade, visto que “[...] cada biblioteca é única, já que atende e presta serviços a uma comunidade que, por sua vez, também é única. A biblioteca deve se adequar ao perfil da comunidade que atende, utilizando técnicas bibliotecárias e padronizações preexistentes, apenas no caso em que elas se coadunem com aquele perfil, colaborando na prestação de serviços e informações necessárias para os membros dessa comunidade.” (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 101-102).

No item “b”, ao contrário, as técnicas são entendidas como neutras e imparciais, podendo, deste modo, ser empregadas indistintamente em todos os tipos de bibliotecas, sejam públicas, escolares, universitárias ou especializadas e em nada influenciando nos objetivos finais de cada tipo de biblioteca. Nessa concepção, a padronização “[...] é algo que deve ser buscado a qualquer custo, antes mesmo de uma análise criteriosa sobre as vantagens e a necessidade de seu emprego.” (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 101). Sabemos, entretanto, que a Biblioteconomia não é neutra ou simplesmente um conjunto de técnicas desvinculadas da sociedade e, sendo assim, as decisões técnicas não estão totalmente dissociadas de fatores ideológicos e políticos (VERGUEIRO, 1998, p. 207).

Em última análise, ambos os casos são problemáticos: no primeiro temos simplificação e improvisação acentuada, enquanto no segundo a descontextualização da prática leva ao tecnicismo, tão combatido pela literatura sobre bibliotecas comunitárias. Essa realidade parece refletir a dissonância estabelecida entre os aspectos técnicos e sociais da profissão. Contudo, o antagonismo não suporta a complexidade dessa relação. Esses aspectos são complementares e dependentes e adquirem sentido um em função do outro. Juntos definem a razão de ser e o modo de fazer das práticas bibliotecárias:

Qual seria o núcleo consensual de nossa profissão? Haveria duas âncoras neste currículo básico. O primeiro - história, filosofia e ética - compreenderia a memória coletiva e os alicerces morais de nossa profissão. O segundo - controle bibliográfico - seria a estrutura para todas as expressões práticas da biblioteconomia. É, literalmente, a maneira como nós, como bibliotecários, pensamos e devemos pensar. O primeiro nos conta a história das bibliotecas e nos dá as razões pelas quais fazemos o que fazemos. O segundo é a essência do que fazemos e como o fazemos. (GORMAN, 1992, p. 694, tradução nossa).¹¹

¹¹ What would the agreed core of our profession look like? There would be two anchors of this core curriculum. The first - history, philosophy, and ethics - would comprise the collective memory and the moral underpinnings of

Gorman (1992) reconhece, dessa forma, a necessidade de consenso entre aspectos sociais (abordados pelo autor em perspectiva ética) e aspectos técnicos (tratados sob o conceito de controle bibliográfico) da Biblioteconomia e estabelece as relações entre eles. Quais seriam, então, as razões para o citado antagonismo, que aparece tão destacadamente nas bibliotecas comunitárias? É interessante observar a posição do autor sobre organização da informação:

O controle bibliográfico é central para a Biblioteconomia de uma forma realista e funcional. É impossível imaginar algo chamado "Biblioteconomia" sem as estruturas e padrões de pensamento que encontramos no controle bibliográfico. Embora não seja necessariamente importante para os bibliotecários conhecer as regras de catalogação individuais ou as bases das principais classificações, é vital que os bibliotecários pensem logicamente, entendam as maneiras pelas quais o conhecimento e as informações são organizados para recuperação e sejam capazes de comunicar seus conhecimentos dessas estruturas para o usuário da biblioteca. (GORMAN, 1992, p. 694, tradução nossa).¹²

O questionamento mais comum sobre técnica no campo da Biblioteconomia não é relativo à sua importância ou necessidade, pois, conforme afirmado por Gorman (1992), não haveria Biblioteconomia sem a organização da informação. A crítica é relacionada principalmente ao modo descontextualizado do uso da técnica:

A visão tecnicista aqui empregada está relacionada à exacerbação da importância da técnica. Quando a técnica é empregada por ela mesma, não entendida como um instrumento; quando as ferramentas – códigos e tabelas – de que dispõe o profissional bibliotecário para aplicar as técnicas indispensáveis em sua atuação são entendidas como mais importantes do que o processo (de classificação, de catalogação, de indexação, por exemplo); quando tais ferramentas são empregadas indiferentemente do tipo de biblioteca ou do público ao qual deve servir, evidencia-se a visão tecnicista, visão essa, aliás, extremamente presente na área da biblioteconomia. (ALMEIDA JUNIOR, 2013, p. 48)

A despeito do reconhecido valor da técnica, e dos problemas que apresenta a depender de como são abordadas, devemos considerar que “os autores não

our profession. The second - bibliographic control - would be the framework for all practical expressions of librarianship. It is, literally, the way in which we, as librarians, think and should think. The first tells us the story of libraries and gives us the reasons why we do what we do. The second is the essence of what we do and how we do it.

¹² Bibliographic control is central to librarianship in a realistic and functional manner. It is impossible to imagine anything called "librarianship" without the structures and patterns of thought that we find in bibliographic control. While it is not necessarily important for librarians to know individual cataloging rules or the bases of the major classifications, it is vital that librarians think logically, understand the ways in which knowledge and information are organized for retrieval, and be able to communicate their knowledge of these structures to the library user.

escrevem livros com o objetivo de oferecer arrendatários para compartimentos pequenos e limpos numa estrutura divinamente inspirada de conhecimento universal” (SHERA, 1957). Podemos afirmar que o autor escreve para ser lido e nesse ponto resgatamos o sentido de ser da Biblioteconomia e da biblioteca, como apresentado por Ranganathan (2009, p. 286): “o serviço de referência é o motivo fundamental e a culminância de todas as práticas biblioteconômicas”. Shera e Ranganathan foram bibliotecários, professores e autores que se interessaram por ambos os aspectos da Biblioteconomia: fizeram grandes contribuições para a organização da informação, preocupando-se também com o caráter social com o qual a técnica deve ser empregada.

4.3 Organização da informação como ação de mediação

A razão mais comumente atribuída para a realização da organização da informação é a de recuperar aquilo que se encontra guardado e que é de interesse de quem recuperou. Uma razão menos evidente pode ser identificada através do conceito, já visto anteriormente, de que a biblioteca é a instituição da comunicação ou transferência da informação. Organização e comunicação da informação são ações relacionadas, sendo que a primeira necessariamente influencia a segunda.

De modo geral, é considerado que “a cadeia ‘organização-acesso-transferência’ resume tanto o núcleo central da Ciência da Informação (ou seja, a organização e o acesso) quanto o objetivo último da área, ou seja, a transferência da informação” (SMIT, 2009, p. 57). Existem, contudo, certas ponderações levantadas pela autora sobre a lógica de causalidade da sequência organização-acesso-transferência, ou seja, a lógica pela qual a organização causaria o acesso e o acesso causaria a transferência. Para Smit (2009), essa causalidade pode ser considerada um mito.

Um ponto importante para a compreensão do processo que envolve essa tríade é a diferenciação entre acesso e transferência. Para Smit (2009, p. 58), acesso corresponde a uma operação físico-espacial, na qual alguém recebe uma informação, e transferência, por sua vez, corresponde a uma operação cognitiva, pessoal e subjetiva, na qual alguém se apropria da informação. A autora ressalta que a passagem do acesso para a transferência não é simples ou automática:

Embora os dois termos se inscrevam em registros diferentes, constata-se uma relação de causalidade entre ambas (mas não uma relação de pressuposição recíproca): não há transferência sem acesso à informação, mas pode haver acesso à informação sem que ocorra a respectiva transferência. (SMIT, 2009, p. 59).

Cintra *et al.* (2002, p. 17) também afirmam que a disponibilização da coleção não é suficiente para a sua socialização. As autoras consideram fundamental a existência de uma forma de organização para que ocorra o seu partilhamento, ou seja, a comunicação. Para tanto, sugerem o uso das linguagens documentárias, como tesouros e sistemas de classificação bibliográfica. O uso das linguagens documentárias é incentivado pelo seu caráter social e comunicativo:

Quanto às linguagens documentárias, é necessário que sejam vistas, simultaneamente, como sistemas e como práticas sociais com todas as suas implicações que vão de seu aspecto material, consubstanciado em cadeias de unidades, à sua natureza comunicativa que pressupõe acordo entre sujeitos que dela se valem. Nesse sentido, uma LD [linguagem documentária] não se apresenta como uma construção universal, segue princípios únicos, mas reflete práticas sociais distintas relacionadas não só as necessidades específicas de informação dos vários segmentos sociais mas também aos vários consensos que os caracterizam. (CINTRA; TALÁMO; LARA; KOBASHI, 2002, p. 18).

Para Smit (2009), a organização da informação é responsável por atribuir sentido à informação, ou seja, torna justificável que ela seja parte de um determinado sistema de informação e, dessa forma, atribui valor ao sistema de informação:

A atribuição de sentido à informação é resultante de sua organização. Dito desta maneira, a organização da informação não constitui somente uma imperiosa necessidade para que o acesso à mesma possa ser ativado, mas é a condição *sine qua non* para que o sistema de informação “faça sentido”, ou seja, que o mesmo cumpra seu papel social. Informação acumulada, sem organização, não é nada mais do que um conjunto de informações que “nada dizem”. (SMIT, 2009, p. 62).

De fato, “[...] não faz sentido imaginar uma organização da informação “em si”, desvinculada de objetivos e, portanto, opções” (SMIT, 2009, p. 62). Sendo assim, a [...] “organização da informação inclui, por definição, a preocupação com o acesso à mesma: não se organiza por organizar, mas para permitir o acesso à informação” (SMIT, 2009, p. 62). Nesse ponto, torna-se clara a relevância da organização da

informação para um tipo de biblioteca que pretende participar da democratização do acesso à informação, como é o caso da biblioteca comunitária, e também da biblioteca pública.

Desse modo, embora menos evidente na literatura, a organização da informação é necessária às bibliotecas comunitárias, pois constitui elemento para que exerçam sua capacidade de mediação. A mediação está presente em todos os fazeres da biblioteca, mesmo que de maneira empírica ela seja [...] “entendida apenas como vinculada ao Serviço de Referência e Informação ou, de forma mais específica, aos espaços e ações que visam ao atendimento do usuário.” (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 92).

Segundo o autor, em algumas atividades, a mediação está presente de forma implícita, norteador as demais atividades ali desenvolvidas. Nesse sentido, estabeleceu a distinção entre a mediação implícita e a mediação explícita:

A primeira, a mediação implícita, ocorre nos espaços dos equipamentos informacionais em que as ações são desenvolvidas sem a presença física e imediata dos usuários. Nesses espaços, como já observado, estão a seleção, o armazenamento e o processamento da informação. A mediação explícita, por seu lado, ocorre nos espaços em que a presença do usuário é inevitável, é condição *sine qua non* para sua existência, mesmo que tal presença não seja física, como, por exemplo, nos acessos a distância em que não é solicitada a interferência concreta e presencial do profissional da informação. (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 92-93).

A organização, portanto, é processo que proporciona sentido à informação, desde que realizada de forma a atender as demandas especificadas pelo público como também de forma a contemplar possíveis usos não especificados previamente por ele, deste modo, promovendo a comunicação.

Sobre bibliotecários e o uso da técnica, Vergueiro (2007, p. 208) pontua que o domínio das técnicas documentárias é imprescindível ao bibliotecário, um fato inquestionável. Questionável, porém, é o desenvolvimento e uso da técnica para uma minoria com privilégios sociais e de acesso ao conhecimento e não para o benefício de toda a população. Nesse sentido, o autor realiza um paralelo entre o contexto das bibliotecas universitárias e o das bibliotecas públicas: as primeiras apresentam avançado grau de sofisticação técnica e também recursos humanos capacitados para o tratamento da informação, enquanto as segundas normalmente comportam acervos inadequados e mal processados, o que ocorre tanto em países em desenvolvimento quanto em países mais avançados tecnologicamente. Mas,

como explicar e justificar a oferta de informações com alto tratamento técnico para uma pequena parcela da população, enquanto para a maioria dela ocorre o oposto?

O argumento mais vulgarmente utilizado para explicação dessas discrepâncias é o de que não se deve exigir o mesmo rigor técnico de tratamento da informação para tipos diversos de instituições. Afinal, o usuário potencial da biblioteca pública não é, de forma alguma, o especialista ou pesquisador a necessitar de uma informação ultra depurada e específica, mas o cidadão comum com necessidades corriqueiras de informação, cultura e lazer. Sendo assim, um tratamento mais ou menos simples do material possuído pela biblioteca, possibilitando o acesso a grandes blocos de informação (sempre o título do periódico ou livro, raramente o artigo ou capítulo) parece ser mais que suficiente para o grosso da população. (VERGUEIRO, 2007, p. 210)

Conclui-se, de acordo com a exposição do autor, que uma biblioteca pública ou comunitária pode não necessitar de informação especializada e do tipo de organização que ela exige, mas sem dúvida precisa de organização da informação com todos os métodos e instrumentos que permitam fazer os acervos serem percebidos e usados por seus públicos. Assim, cabe observar que trabalhar com grandes blocos temáticos, por exemplo, não é atividade simples, pois exige conceber essas grandes classes temáticas de modo pertinente e consistente, além de atualizá-las, quando necessário. A organização da informação em bibliotecas comunitárias tem demonstrado a fragilidade da própria instituição e não está, como deveria, entre as mudanças que esse tipo de biblioteca busca proporcionar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Informação é o que é capaz de transformar estruturas.” (Belkin; Robertson, 1976, p. 198). Transformar estruturas sociais a partir de informações, talvez esse seja um dos propósitos da criação das bibliotecas comunitárias. A informação que atende a esse objetivo é transgressora, até mesmo revolucionária. Não se trata somente da informação trabalhada para atender as necessidades especificadas pelo público, mas informação que cria dúvidas, questionamentos e que se completa com a participação daqueles que dela se apropriam. Informação que possibilita o protagonismo na própria vida. Informação que é um direito humano.

As necessidades de informação não são neutras, as bibliotecas não são neutras e também não é neutra a organização da informação, visto que se encontram inseridas em um determinado contexto político e social e que, portanto, compreendem intrinsecamente suas questões. A organização da informação possui um aspecto social que precisa ser redescoberto e valorizado, para benefício de todos os tipos de bibliotecas, mas principalmente das bibliotecas públicas e comunitárias. Fora dessa condição, pode ser produzida mais uma forma de exclusão: a organização da informação precisa, assim como a própria biblioteca e o acesso à informação, ser democratizada e socializada.

O presente trabalho se propôs a contribuir para a compreensão de como a organização da informação poderia ser conduzida de acordo com as especificidades da biblioteca comunitária. Avaliamos que o potencial de comunicação da informação conferido pela organização não pode ser ignorado. Avaliamos também que a organização da informação não é neutra e que ela atribui valor político e social à informação.

Questões ainda permanecem em aberto, como o impacto provocado pela organização da informação nas bibliotecas comunitárias. Seria positivo que novos estudos fossem realizados, abordando essa e outras questões relativas ao tema.

Organização da informação e biblioteca são termos relacionados que, paradoxalmente, hoje, demandam uma relação a construir para que uma função social seja cumprida. Livros para todos. E Biblioteconomia também.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Biblioteca pública: avaliação de serviços**. Londrina: Eduel, 2013.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Bibliotecas públicas e bibliotecas alternativas**. Londrina: Editora UEL, 1997.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Conservadorismo e revolução (ou reformismo) na biblioteconomia e na ciência da informação. **Divers@!** - Revista Eletrônica Interdisciplinar, Matinhos, v. 8, n. 2, p. 132-144, jul./dez. 2015.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Fundamentos teóricos da classificação. **Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. 22, p. 117-140, jul./dez. 2006.
- BADKE, Todêska. Meninos de laranjeiras: aprendendo a viver com livros. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, n. 3/4, p. 43-60, jul./dez. 1984.
- BARBIER, Frédéric. **História das bibliotecas: de Alexandria às bibliotecas virtuais**. Tradução Regina Salgado Campos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.
- BARBOSA, Alice Príncipe. **Teoria e prática dos sistemas de classificação bibliográfica**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1969.
- BASTOS, Gustavo Grandini; ALMEIDA, Marco Antônio de; ROMÃO, Lucília Maria Sousa. Bibliotecas comunitárias: mapeando conceitos e analisando discursos. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 21, n. 3, p. 87-100, set./dez. 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- BELKIN, Nicholas J.; ROBERTSON, Stephen E. Information Science and the phenomenon of information. **Journal of the American Society for Information Science**, New York, NY, v. 27, n. 4, p. 197-204, July/Aug. 1976.
- BORGES, Helba Aparecida; MAIA, Maria de Lourdes Franklin. A informação utilitária como um direito do cidadão: das bibliotecas públicas aos centros de referências. *In*: SANTA ANNA, Jorge; SILVA, Edcleyton Bruno Fernandes da; COSTA, Maria Elizabeth de Oliveira da (org.). **Biblioteconomia Social: possíveis caminhos para construção da cidadania**. Belo Horizonte: ABMG, 2018. p. 227-240.

BRÄSCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 9., 2008. São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2008.

BRIET, Suzanne. **O que é a documentação?** Tradução de Maria de Nazareth Rocha Furtado. Brasília, DF: Briquet de Lemos / Livros, 2016. Título original: *Qu'est-ce que la documentation?*

CAMPELLO, Bernadete Santos. Fontes de informação utilitária em bibliotecas públicas. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 22, n.1, p.35-46, jan./jun.1998.

CARNEIRO, Daniele. **Guia prático para bibliotecas comunitárias**. Curitiba: MagnoliaCartonera, 2016.

CAVALCANTE, Lidia Eugenia. Bibliotecas autogeridas e participação comunitária. *In: CAVALCANTE, Lidia Eugenia; ARARIPE, Fátima Maria Alencar (org.). **Biblioteca e comunidade: entre vozes e saberes***. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2014. p. 27-33.

CICERO, Antonio. **Guardar: poemas escolhidos**. Rio de Janeiro: Editora Record: 1996. 103 p.

CINTRA, Anna Maria Marques; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira; LARA, Marilda Lopes Ginez de; KOBASHI, Nair Yumiko. **Para entender as linguagens documentárias**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Polis, 2002.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativo e misto**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos / Livros, 2008.

FERNANDEZ, Cida. **Os desafios da organização técnica de acervos literários: algumas dicas para a construção de uma "classificação amigável"**, Olinda, 2008. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/os-desafios-da-organizacao-tecnica-de-acervos-literariosalgumas-dicas-para-a-construcao-de-uma-classificacao-amigavel>. Acesso em: 29 maio 2021.

FERNANDEZ, Cida; MACHADO, Elisa; ROSA, Ester. **O Brasil que lê: bibliotecas comunitárias e resistência cultural na formação de leitores**. Olinda: CCLF; Brasil: RNBC, 2018. Disponível em: <http://cclf.org.br/project/o-brasil-que-ler-bibliotecas-comunitarias-e-resistencia-cultural-na-formacao-de-leitores/>. Acesso em: 2 jan. 2021.

FIUZA, Marysia Malheiros. A catalogação bibliográfica até o advento das novas tecnologias. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, n. 16, v. 1, p. 43-53, mar. 1987.

FLUSSER, Victor. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 145-169, set. 1983.

FLUSSER, Victor. O bibliotecário animador: considerações sobre sua formação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v.11, n. 2, p. 230-236, set. 1982.

FLUSSER, Victor. Uma biblioteca verdadeiramente pública. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 131-138, set. 1980.

FREIRE, Paulo. A educação de adultos e bibliotecas populares: considerações preliminares. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 11., João Pessoa, 1982. **Anais [...]**. João Pessoa: APBPb, 1982. v. II, p. 93-109

FRICKÉ, Martin. **Logic and the organization of information**. New York: Springer, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GLUSHKO, Robert J. **The discipline of organizing**. Cambridge, MA: The MIT Press, 2013.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 22, n. 3, p. 217-222, set./dez. 1993.

GORMAN, Michael. How cataloging and classification should be taught. **American Libraries**, Chicago, v. 23, n. 8, p. 694-697, Sep. 1992.

GUEDES, Roger de Miranda. Bibliotecas comunitárias e espaços públicos de informação. *In*: MOURA, Maria Aparecida (org.). **Cultura informacional e liderança comunitária: concepções e práticas**. Belo Horizonte: UFMG / PROEX, 2011. p. 75-79.

HANDEM, Priscila de Castro; MATIOLI, Caroline Pavlú; PEREIRA, Fernanda Gesteira Camacho; NASCIMENTO, Maria Aparecida de Luca. Metodologia: interpretando autores. *In*: FIGUEIREDO, Nélia Maria Almeida de (org.). **Método e metodologia na pesquisa científica**. 3. ed. São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2008. p. 91-118.

HANSEN, João Adolfo. **O que é um livro?** Cotia: Ateliê Editorial; São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2019. (Coleção Bibliofilia, 1).

INAZAWA, Fernandez Kenji; BAPTISTA, Sofia Galvão. Modelo conceitual de comunicação da informação para estudos de interação informacional baseado em competências conversacionais em serviço de referência. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.17, n.1, p.169-184, jan./mar. 2012.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas 1994**. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-ptbrasil.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2019.

JOUDREY, Daniel N.; TAYLOR, Arlene G. **The organization of information**. With the assistance of Katherine M. Wisser. 4th ed. Santa Barbara, California: Libraries Unlimited, 2018. (Library and Information Science Text Series).

KROLAK, Lisa. Resources of hope: why community libraries matter. **Only Connect: the lifelong learning blog from UIL**, 15 jan. 2019. Disponível em: <https://thelifelonglearningblog UIL.unesco.org/2019/01/15/resources-of-hope-why-community-libraries-matter/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

LANGRIDGE, Derek. **Classificação**: abordagem para estudantes de Biblioteconomia. Rio Janeiro: Interciência, 1977.

LANKES, R. David. **Expect more**: demanding better libraries for today's complex world. [S. l.]: R. David Lankes, 2016.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Linguagem documentária e terminologia. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 231-240, set./dez. 2004.

LEHNUS, D. J. **Notação de autor**: manual para bibliotecas. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1978.

LEMOS, Antônio Agenor Briquet de. A biblioteca pública em face da demanda social brasileira. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 12, n. 3/4, p. 203-210, jul/dez. 1979.

LEMOS, Antônio Agenor Briquet de. Para onde vão as bibliotecas públicas. **Palavra-Chave**, São Paulo, n. 1, p. 11-12, maio 1982.

MACHADO, Elisa Campos. **Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil**. 2008. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MACHADO, Elisa Campos. Uma discussão acerca do conceito de biblioteca comunitária. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.7, n. 1, p. 80-94, jul./dez. 2009.

MACHADO, Elisa Campos; VERGUEIRO, Waldomiro. As bibliotecas comunitárias no contexto da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. *In*: VALLS, Valéria Martin; VERGUEIRO, Waldomiro (org.). **Tendências contemporâneas na gestão da informação**. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2011. p. 53-63.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Editora Altas, 2003.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca: com um capítulo referente à propriedade literária. 3. ed. il., rev. e atual. São Paulo: Editora Ática, 2002.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. **Catálogo no plural**. Brasília, DF: Briquet de Lemos / Livros, 2009.

MEYRIAT, Jean. Documento, documentação e documentologia. Tradução: SILVA, Camila Mariana A. da; BRITO, Marcílio de; ORTEGA, Cristina Dotta. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 12, n. 3, p. 240-253, jul./set. 2016. Título original: Document, documentation, documentologie.

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. 3. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013.

NAKHJAVANI, Bahiyyih. A indicação do mês. **TAG**, Porto Alegre, p. 13, fev. 2018. Disponível em: https://issuu.com/taglivros/docs/tag_revistafevereiro_issuuu
Acesso em: 02 jan. 2021.

NAUDÉ, Gabriel. **Conselhos para formar uma biblioteca**. Tradução da primeira edição (1627) por Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos / Livros, 2016.

ORTEGA, Cristina Dotta. O conceito de documento em abordagem bibliográfica segundo as disciplinas constituintes do campo. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 7, n. especial, p. 41-64, ago. 2016.

ORTEGA, Cristina Dotta; SILVA, Camila Mariana Aparecida da; SANTOS, Marcelo Nair dos. **Ordenação de documentos na atividade bibliotecária**. Brasília, DF: Briquet de Lemos / Livros, 2016.

ORTEGA, Cristina Dotta; CARVALHO, Maria da Conceição. O papel da Bibliografia na construção do conhecimento em Ciência da Informação: o caso da Escola de Ciência da Informação da UFMG. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 22, n. especial, p. 36-64, jul. 2017.

ORTEGA, Cristina Dotta; LARA Marilda Lopes Ginez de. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 1-14, abr. 2010.

OTLET, Paul. **Tratado de documentação**: o livro sobre o livro: teoria e prática. Tradução de Taiguara Villela Aldabalde *et al.* Brasília, DF: Briquet de Lemos / Livros, 2018. Título original: *Traité de documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*.

PIEIDADE, Maria Antonieta Requião. **Introdução à teoria da classificação**. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Interciência, 1983.

PINTO, Lourival Pereira. Bibliotecas comunitárias: dispositivos de ação. *In*: PINHO, Fabio Assis (org.). **Dispositivos culturais e espaços de memória**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. **As cinco leis da Biblioteconomia**. Tradução de Tarcisio Zandonade. Brasília, DF: Briquet de Lemos / Livros, 2009.

ROCHA, Val; HONORATO, Carlos; CAVALCANTE, Márcia. Acervo: organização e diversidade. *In*: GUERRA, Adriano; LEITE, Camila; VERÇOSA, Érica (org.). **Expedição leituras**: tesouros das bibliotecas comunitárias no Brasil. Brasil: Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias; São Paulo: Instituto C&A: Itaú Social, 2018. p. 45-57.

SANTOS, Marcelo Nair dos. **Documento como obra**: contribuições para a organização da informação. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

SAYERS, William Charles Berwick. **An introduction to library classification**: theoretical, historical, and practical, and a short course in practical classification with readings, questions and examination papers. 2nd ed. London: Grafton & Co., 1922.

SHERA, Jesse. Padrão, estrutura e conceituação na classificação. Tradução de Hagar Espanha Gomes. *In*: INTERNATIONAL STUDY CONFERENCE ON CLASSIFICATION FOR INFORMATION RETRIEVAL, 1957, Dorking, England. **Proceedings** [...] Dorking, England, 1957. Título original: Pattern, structure and conceptualization in classification. Disponível em: <http://www.conexaorio.com/biti/shera/>. Acesso em: 20 maio 2021.

SILVA, Camila Mariana Aparecida da; CARVALHO, Matheus Aguiar de; MARTINS, Gabriella Braga Andrade; ORTEGA, Cristina Dotta. A ordenação de documentos como conteúdo curricular no curso de graduação em Biblioteconomia da UFMG e relato de proposta de disciplina. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 102-130, mar. 2020.

SILVA, Camila Mariana Aparecida da. **Para uma abordagem contemporânea sobre ordenação de documentos**: propostas do século XIX e início do XX. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

SIMÕES, Maria da Graças. **Classificações bibliográficas**: percurso de uma teoria. Coimbra: Almedina, 2011.

SMIT, Johanna W. Novas abordagens na organização no acesso e na transferência da informação. *In*: SILVA, Helen de Castro; BARROS, Maria Helena T. C. de (org.). **Ciência da Informação**: múltiplos diálogos. Marília: Oficina Universitária Unesp: Cultura Acadêmica, 2009. p. 57-66.

SOUSA, Maria Eliziana Pereira de; TARGINO, Maria das Graças. Cinco leis da Biblioteconomia / Cinco leis de Ranganathan: resistindo bravamente ao tempo. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 3, n. 1, p. 11-29, jan./abr. 2016.

SUAIDEN, Emir. **Biblioteca pública e informação à sociedade**. São Paulo: Global Editora, 1995.

TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira; CINTRA, Anna Maria Marques; KOBASHI, Nair Yumiko; LARA, Marilda Lopes Ginez de. Informação: Do tratamento ao acesso e utilização. **Comunicação e Educação**, São Paulo, n. 1, p. 15-20, set. 1994.

TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira; LARA, Marilda Lopes Ginez de; KOBASHI, Nair Yumiko. Vamos perseguir a informação. **Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 4, p. 52-57, set./dez. 1995.

TARGINO, Maria das Graças. Ranganathan continua em cena. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 39 n. 1, p.122-124, jan./abr. 2010.

UNICEF. **Introduction to the human rights based approach**: a guide for finnish NGOs and their partners. Helsink: UNICEF Finland, 2015.

UNITED KINGDOM. **Take part**: create a community library. 2018. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/get-involved/take-part/create-a-community-library>. Acesso em: 29 maio 2021.

VERGUEIRO, Waldomiro. Bibliotecário e mudança social: por um bibliotecário ao lado do povo. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 16, n. 2, p. 207-215, jul./dez. 1998.

VIEIRA, Heloisa Maria. **Bibliotecas comunitárias em Belo Horizonte**: atores em cena. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.